

**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 09.004/2019TP**  
Regido pela Lei n.º 8.666 de 21/06/93 (com as alterações da Lei n.º 8.883/94 e da Lei n.º 9.648/98), pela Lei Complementar N.º 123 de 14 de dezembro de 2006 e legislação complementar em vigor.

**PREÂMBULO**

A Presidenta da Comissão Central de Licitação e Pregões da Prefeitura Municipal de Guaiuba torna público para conhecimento de todos os interessados que até às **8:30h (oito horas e trinta minutos)** do dia **22 de outubro de 2019**, na sede da Comissão Central de Licitação e Pregões da Prefeitura de Guaiuba, localizada a Rua Pedro Augusto, 53, Centro, Guaiuba, Ceará, CEP 61.890-000, em sessão pública, dará início aos procedimentos de recebimento e abertura dos envelopes concernentes aos documentos de habilitação e às propostas de preços da licitação modalidade **TOMADA DE PREÇOS N.º 09.004/2019TP**, identificado abaixo, mediante as condições estabelecidas no presente Edital, tudo de acordo com a Lei n.º 8.666/93, de 21.06.93, alterada pela Lei n.º 8.883/94 de 08.06.94 e legislação complementar em vigor.

<b>Objeto:</b>	<b>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇAGEM DE INTERESSE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUAIUBA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXOS DO EDITAL.</b>
<b>Órgão Interessado:</b>	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO.
<b>Modalidade:</b>	TOMADA DE PREÇOS.
<b>Critério de Julgamento:</b>	MENOR PREÇO GLOBAL.
<b>Regime de Execução:</b>	INDIRETA.

Compõem-se o presente Edital das partes A, B e C, conforme a seguir apresentadas:

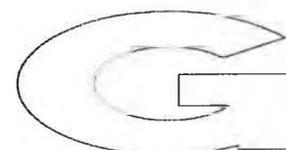
**PARTE A – CONDIÇÕES PARA COMPETIÇÃO, JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO.**

Em que são estabelecidos os requisitos e as condições para competição, julgamento e formalização do contrato.

**PARTE B – ANEXOS**

- Anexo B.1. – Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- Anexo B.2. – Modelo de carta de proposta comercial;
- Anexo B.3. – Modelos de Declaração/Procuração;

Rua Pedro Augusto, 53, Centro, Guaiuba, CE  
Cep: 61890-000  
Telefone: (85) 3376.1016/3376.1001  
www.guaiuba.ce.gov.br



ITEM 1 – Procuração.

ITEM 2 – Declaração de inexistência de fato impeditivo de habilitação; De pleno conhecimento e concordância com os termos e condições deste Edital; e Declaração de cumprimento ao estabelecido na Lei n.º 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

Anexo B.4. – Minuta do contrato.

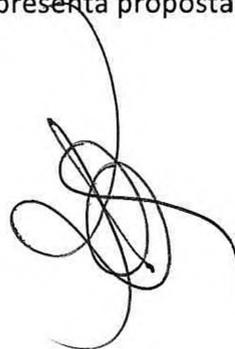
### PARTE C – TERMO DE REFERÊNCIA

Em que são especificados e quantificados os serviços, definidos os recursos e os parâmetros para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇAGEM DE INTERESSE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUAIUBA.**

### GLOSSÁRIO:

Sempre que as palavras ou siglas indicadas abaixo aparecerem neste documento de Edital, ou em quaisquer de seus anexos, terão os seguintes significados:

- COMISSÃO: Comissão Central de Licitação e Pregões.
- CONTRATADA: Empresa vencedora desta licitação em favor da qual for adjudicado o seu objeto.
- CONTRATANTE/ADMINISTRAÇÃO: Prefeitura Municipal de Guaiuba, através da Secretaria de Infraestrutura e Habitação.
- CRC: Certificado de Registro Cadastral expedido pela Prefeitura Municipal de Guaiuba.
- FISCALIZAÇÃO: Secretaria de Infraestrutura e Habitação.
- LICITANTE/PROPONENTE: Empresa que apresenta proposta para este certame.
- PMG – Prefeitura Municipal de Guaiuba.



## PARTE A – CONDIÇÕES PARA COMPETIÇÃO, JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇAGEM DE INTERESSE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUAIUBA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXOS DO EDITAL.**

1.2. Os serviços serão executados de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e em obediência ao Projeto Básico e Termo de Referência.

### 2. DA FONTE DE RECURSOS E DOTAÇÃO

2.1. O objeto desta TOMADA DE PREÇOS em valor estimado de **R\$48.779,50 (quarenta e oito mil setecentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos)** será pago com recursos orçamentários oriundos do **TESOURO MUNICIPAL.**

2.2. Os serviços oriundos da presente licitação serão pagos à conta das seguintes dotações orçamentárias: **09.01 – 26.782.0037.2.087 – 3.3.90.39.00 (Manutenção e conservação de estradas vicinais).**

### 3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação quaisquer pessoas jurídicas localizadas em qualquer Unidade da Federação devidamente cadastradas ou que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento pelo Setor de Cadastro do Município de Guaiuba, até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, e que satisfaçam a todas as condições deste edital, inclusive tendo seus objetivos sociais compatíveis com o objeto da licitação.

3.2. Não poderão participar licitantes com sócios, cooperados, diretores ou representantes comuns.

3.2.1. Se antes do início da abertura dos envelopes de preços for constatada a comunhão de sócios, diretores ou representantes entre licitantes participantes, somente uma delas poderá participar do certame.

3.2.2. Se constatada a comunhão de sócios, diretores ou representantes entre licitantes participantes após a abertura dos envelopes de preço, os respectivos participantes serão automaticamente desclassificados do certame, independentemente do preço proposto.

3.3. Também não poderão participar:

- ✦ Consórcios de empresas, quaisquer que sejam suas formas de constituição;
- ✦ Empresas que estejam suspensas de participar de licitação realizada pelo Município de Guaiuba;
- ✦ Empresas que foram declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição;
- ✦ Empresas que tenham sócios ou responsáveis técnicos que sejam servidores do Município de Guaiuba;



- ✚ Empresas que se encontrem sob concordata, falência ou recuperação judicial, dissolução, fusão, cisão ou incorporação, liquidação;
- ✚ Cooperativas;
- ✚ O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
- ✚ Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
- ✚ Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

3.4. Cada licitante apresentar-se-á com apenas um representante que, devidamente munido de **documentação hábil** de credenciamento, será o único admitido a intervir nas fases de procedimento licitatório, respondendo, assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo ainda, no ato da entrega dos envelopes exibir um **documento de identificação**, expedido por órgão oficial.

**3.4.1.** Por **documento hábil**, entende-se:

- a) Procuração pública ou particular específica para a presente licitação **com firma reconhecida em cartório**, constituindo o representante, conforme modelo anexo do edital, acompanhada de cópia do ato de investidura (ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor) do outorgante que declare expressamente seus poderes para a devida outorga;
- b) Quando o representante for titular da empresa deverá entregar cópia do documento que comprove tal condição (ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor).

3.5. A não apresentação ou incorreção dos documentos de que trata o subitem anterior não implicará na inabilitação da licitante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma.

3.6. O interessado em participar deverá conhecer todas as condições estipuladas no presente Edital para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação e apresentação dos documentos exigidos. A participação na presente licitação implicará na total aceitação a todos os termos e integral sujeição à legislação aplicável, notadamente à Lei 8.666/93, alterada e consolidada.

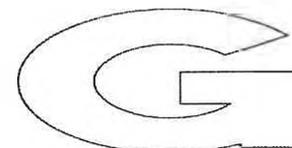
3.7. Na hipótese de não haver expediente na data designada para a realização do ato, este será realizado no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Os Documentos de Habilitação consistirão de:

4.1.1. **Certificado de Registro Cadastral - CRC**, expedido pelo Setor de Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Guaiuba, dentro da sua validade.

**4.2. RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**



- 4.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (inclusive todos os aditivos, quando não consolidado), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 4.2.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 4.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 4.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### 4.3. RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 4.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 4.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 4.3.3. Prova de Regularidade Fiscal, quanto aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo, inclusive as contribuições sociais;
- 4.3.4. Prova de Regularidade Fiscal, para com a Fazenda Estadual;
- 4.3.5. Prova de Regularidade Fiscal, para com o Município;
- 4.3.6. Prova de Regularidade Fiscal, quanto à situação junto ao FGTS;
- 4.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

#### 4.4. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 4.4.1. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrado na Junta Comercial de origem, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, devidamente assinados por contabilista registrado no CRC, bem como por sócio, gerente ou diretor;
- 4.4.1.1. Os índices que comprovarão a boa situação financeira são os seguintes:
- 4.4.1.1.1. Índice de Liquidez Geral maior ou igual a 1,0;

$$\text{Índice de Liquidez Geral (LG)} = \frac{\text{AC} + \text{RLP}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

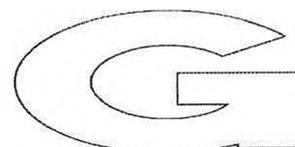
Onde:

AC é o Ativo Circulante

PC é o Passivo Circulante

RLP é o Realizável a Longo Prazo

ELP é o Exigível a Longo Prazo



4.4.1.1.2. Índice de Liquidez Corrente maior ou igual a 1,0;

$$\text{Índice de Liquidez Corrente (LC)} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}}$$

Onde:

AC é o Ativo Circulante

PC é o Passivo Circulante

4.4.1.1.3. Índice de Solvência Geral maior ou igual a 1,0;

$$\text{Índice de Solvência Geral (SG)} = \frac{\text{AT}}{\text{PC} + \text{ELP}}$$

Onde:

AT é o Ativo Total

PC é o Passivo Circulante

ELP é o Exigível a Longo Prazo

4.4.2. Certidão Negativa de Falência / Concordata / Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

4.4.3. Prova de Capital mínimo equivalente a 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

#### 4.5. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

4.5.1. Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, que comprove que o licitante tenha prestado ou esteja prestando serviço compatível com o objeto da presente licitação.

#### 4.6. OUTROS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

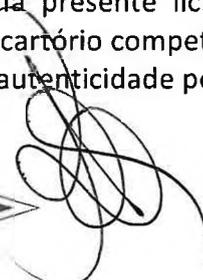
4.6.1. Declaração de inexistência de fato impeditivo de habilitação na forma do parágrafo 2º do artigo 32 da Lei 8.666/93;

4.6.2. Declaração de que tem pleno conhecimento e concordância com os termos e condições deste Edital;

4.6.3. Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei n.º 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos.

4.7. A documentação apresentada integrará os autos do processo e não será devolvida.

4.7.1. Todos os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, cópia do original autenticada por cartório competente, cópia simples acompanhada do respectivo original, a fim de ser verificada a autenticidade pela Presidente e



Pregoeira ou por servidor integrante da Equipe de Apoio ou, ainda, publicação na imprensa oficial.

4.7.2. Cada face de documento reproduzida deverá corresponder a uma autenticação, ainda que diversas reproduções sejam feitas na mesma folha, todos perfeitamente legíveis.

4.7.3. Caso na autenticação conste expressamente que a mesma se refere ao verso e ao anverso do documento, a exigência referente à autenticação de todas as faces do documento fica sem validade.

4.7.4. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

4.7.5. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à habilitação, à proposta de preços e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

4.7.6. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil, por tradutor juramentado.

4.7.7. Caso o documento apresentado seja expedido por instituição que regulamente a disponibilização do documento pela internet, a Comissão Central de Licitação e Pregões poderá verificar a autenticidade do mesmo através de consulta eletrônica.

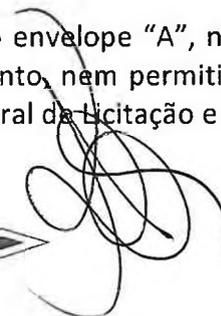
4.7.8. Caso o documento apresentado seja expedido por instituição pública que esteja com seu funcionamento paralisado no dia de recebimento dos envelopes, a licitante deverá, sob pena de ser inabilitada, apresentar o referido documento constando o termo final de seu período de validade coincidindo com o período da paralisação e deverá, quando do término da paralisação, sob pena de ser inabilitada supervenientemente, levar o documento à Comissão Central de Licitação e Pregões nas condições de autenticação exigidas por este edital, para que seja apensado ao processo de licitação. Caso o processo já tenha sido enviado ao órgão de origem da licitação, deverá a licitante levá-lo a esta instituição para que o mesmo se proceda.

4.7.9. As certidões exigidas (para aquelas cuja validade possa expirar), quando não contiverem prazo de validade expressamente determinado, não poderão ter suas datas de expedição superiores a 30 (trinta) dias anteriores a data de abertura da presente licitação ou então apresentar declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a sua validade para o documento em questão.

4.8. Serão inabilitadas as licitantes que não atenderem às exigências deste Edital referentes à fase de habilitação, bem como apresentarem os documentos defeituosos em seu conteúdo e forma.

4.9. Os licitantes que apresentarem documentos de habilitação em desacordo com as descrições anteriores serão eliminados e não participarão da fase subsequente do processo licitatório.

4.10. Somente será aceito o documento acondicionado no envelope "A", não sendo admitido posteriormente o recebimento de qualquer outro documento, nem permitido à licitante fazer qualquer adendo em documento entregue à Comissão Central de Licitação e Pregões.



4.11. A Comissão Central de Licitação e Pregões poderá, também, solicitar original de documento já autenticado, para fim de verificação, sendo a empresa obrigada a apresentá-lo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados a partir da solicitação, sob pena de, não o fazendo, ser inabilitada.

4.11.1. A solicitação feita durante a sessão de habilitação deverá ser registrada em Ata.

4.12. A documentação deverá ainda ser apresentada **obedecendo-se a ordem acima requerida, item a item, numerada e rubricada pelo titular ou responsável pela licitante**, sendo endereçada e encaminhada à Comissão Central de Licitação e Pregões, em envelope lacrado, contendo a seguinte inscrição:

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIUBA  
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO E PREGÕES  
TOMADA DE PREÇOS N.º 09.004/2019TP  
ENVELOPE "A" - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
RAZÃO SOCIAL:**

4.13. Caso a licitante seja microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), esta deverá apresentar declaração sob as penas da lei de que cumpre os requisitos necessários e que não se encontra nas situações impeditivas de que trata o § 4º do Artigo 3º da Lei Complementar 123/2006, na forma do modelo **Anexo – Modelo de declaração para microempresa ou empresa de pequeno porte**, deste edital, obedecendo aos itens a seguir:

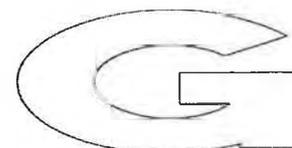
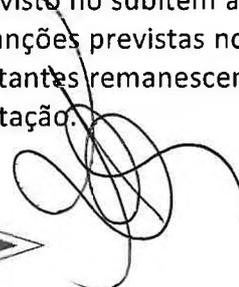
4.13.1. As empresas enquadradas no regime diferenciado e favorecido das microempresas e empresas de pequeno porte que não apresentarem a declaração prevista no subitem anterior poderão participar normalmente do certame, porém, em igualdade de condições com as empresas não enquadradas neste regime.

4.13.2. Na forma do que dispõe o art. 42 da Lei Complementar nº. 123 de 14.12.2006, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

4.13.3. Para efeito do disposto no subitem acima, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste procedimento licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.13.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contado a partir do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito.

4.13.5. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



## 5. DAS PROPOSTAS COMERCIAIS - ENVELOPE "B"

5.1. As propostas de preços deverão ser apresentadas em 01 (uma) via, e **opcionalmente em arquivo digital, formato .xls ou .doc**, em envelope fechado e opaco, juntamente com o envelope de documentação, rubricado no fecho, contendo na parte externa o seguinte sobrescrito:

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIUBA  
COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO E PREGÕES  
TOMADA DE PREÇOS N.º 09.004/2019TP  
ENVELOPE "B" - PROPOSTA COMERCIAL  
RAZÃO SOCIAL:**

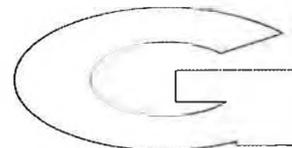
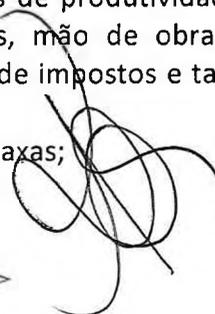
5.2. As propostas de preços deverão ser confeccionadas em 01 (uma) via, em papel timbrado, em tinta não lavável ou confeccionada por máquina, impresso por computador ou outro meio mecânico, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datadas, assinadas e com o **carimbo do responsável pela empresa, rubricadas em todas as suas folhas.**

5.2.1. Na **proposta de preços** deverão constar os seguintes dados:

- a) A modalidade e o número da licitação;
- b) Endereçamento à Prefeitura de Guaiúba;
- c) Razão Social, CNPJ, endereço, número da conta corrente, agência bancária, identificação do respectivo banco, e se houver, número do telefone, e endereço eletrônico;
- d) Prazo de execução dos serviços, conforme os termos do edital;
- e) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias;
- f) Os serviços cotados, nos quantitativos licitados, segundo a unidade de medida consignada no edital;
- g) Os valores unitários em algarismos de cada item;
- h) Valor Global, em algarismo e por extenso;
- i) Declaração da licitante que, nos valores apresentados acima, estão inclusos todos os tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, custos e demais despesas que possam incidir sobre o objeto licitado, inclusive a margem de lucro.

5.2.2. Orçamento(s) detalhado(s), contendo de cada item a especificação do Grupo/Subgrupo/Serviço, a quantidade, a unidade, o preço unitário e o preço total, em algarismo, e o preço Global do orçamento, **assinado pelo responsável da empresa**, contendo ainda:

- a) Planilha de Composição de Preços Unitários, para cada serviço constante do orçamento apresentado, contendo todos os insumos e coeficientes de produtividade necessários à execução de cada serviço, quais sejam equipamentos, mão de obra, totalização de encargos sociais, insumos, transportes, BDI, totalização de impostos e taxas, e quaisquer outros necessários à execução dos serviços;
- b) Planilha analítica de encargos sociais e de impostos e taxas;



c) Composição analítica da taxa de B.D.I. (Benefícios e Despesas Indiretas), de acordo com recomendações do TCU – Tribunal de Contas da União;

5.2.2.1. No caso de erro na coluna UNIDADE, a Comissão considerará como correta a Unidade expressa no Orçamento da Prefeitura Municipal de Guaiuba para o item.

5.2.3. Cronograma físico financeiro.

5.3. Os preços constantes da proposta da licitante deverão conter apenas duas casas decimais após a vírgula, cabendo ao licitante proceder ao arredondamento ou desprezar os números após as duas casas decimais dos centavos.

5.4. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.

5.5. Ocorrendo discrepância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, devendo a Comissão de Licitação proceder às correções necessárias.

5.6. Os quantitativos licitados e cotados deverão ser rigorosamente conferidos pelos licitantes.

5.6.1. A proposta deve contemplar o quantitativo do item em sua totalidade conforme licitado.

5.7. Os profissionais envolvidos na execução dos serviços deverão ser detentores de conhecimento e experiência, para maior qualidade dos serviços.

5.8.- Os preços a serem cotados deverão levar em conta os preços estimados para a contratação.

5.9. Na análise das propostas de preços a Comissão de Licitação observará preferencialmente o preço unitário, facultando-lhe, porém, segundo critério de conveniência e oportunidade observar o preço total.

5.10. Será desclassificada a proposta de preços apresentada em desconformidade com este item.

5.11. Somente serão aceitos os documentos acondicionados no envelope "B" não sendo admitido o recebimento pela Presidente e Pregoeira, de qualquer outro documento, nem permitido à licitante fazer qualquer adendo aos entregues a Presidente e Pregoeira.

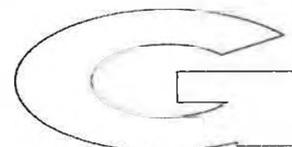
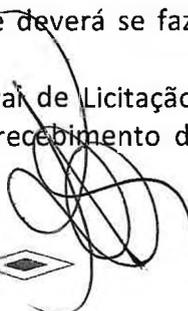
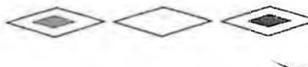
## 6. DO PROCEDIMENTO

6.1 - Os envelopes "A" - Documentação e "B" - Proposta, todos fechados, serão recebidos pela Comissão Central de Licitação e Pregões no dia, hora e local definidos no preâmbulo deste Edital.

6.1.1. A Presidente e Pregoeira da Comissão Central de Licitação e Pregões informará aos presentes a relação das empresas que atenderam aos ditames do presente Edital e, por conseguinte, estão aptas a apresentarem os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta.

6.1.2. Para a boa condução dos trabalhos, cada licitante deverá se fazer representar por, no máximo, 01 (uma) pessoa.

6.2 - Após a Presidente e Pregoeira da Comissão Central de Licitação e Pregões receber os envelopes "A" e "B" e declarar encerrado o prazo de recebimento dos envelopes, nenhum



outro será recebido e nem serão aceitos documentos outros que não os existentes nos referidos envelopes.

6.2.1. Será inabilitada a licitante que deixar de apresentar qualquer um dos documentos exigidos no envelope "A", ou apresentá-los em desacordo com as exigências do presente Edital.

6.3 - Em seguida, serão abertos os envelopes contendo os documentos exigidos para fins de habilitação. A Comissão examinará os aspectos relacionados com a suficiência, a formalidade, a idoneidade e a validade dos documentos, além de conferir se as cópias porventura apresentadas estão devidamente autenticadas pelo Cartório competente.

6.4 - Os documentos de habilitação serão rubricados pelos membros da Comissão e por 02 (dois) escolhidos entre os presentes como representantes das proponentes, que examinarão e rubricarão todas as folhas dos Documentos de Habilitação e Propostas Comerciais apresentados.

6.5 - A Comissão examinará possíveis apontamentos feitos por prepostos das licitantes, manifestando-se sobre o seu acatamento ou não.

6.6 - Se presentes os prepostos das licitantes à sessão, a Presidente e Pregoeira da Comissão fará diretamente a intimação dos atos relacionados com a habilitação e inabilitação das licitantes, fundamentando a sua decisão registrando os fatos em ata. Caberá aos prepostos das licitantes declararem intenção de interpor recurso, a fim de que conste em ata e seja aberto o prazo recursal. Os autos do processo estarão com vista franqueada ao interessado na presença da Comissão.

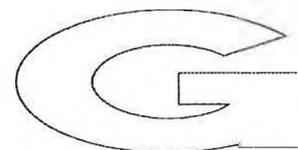
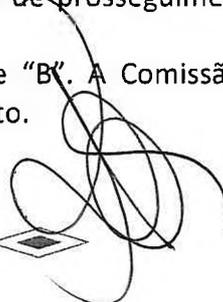
6.7 - Caso não estejam presentes à sessão os prepostos das licitantes, a intimação dos atos referidos no item anterior será feita através de afixação contendo cópia do extrato resumido ou da íntegra do ato no flanelógrafo da Prefeitura, conforme disposto na Lei Orgânica do Município, ou em jornal de grande circulação, iniciando-se no dia útil seguinte à publicação o prazo de 05 (cinco) dias úteis previsto em lei para a entrega à Comissão das razões e contrarrazões de recursos a serem interpostos. A sessão será suspensa.

6.8 - Decorridos os prazos e proferida a decisão sobre os recursos interpostos, a Comissão marcará a data e horário em que dará prosseguimento ao procedimento licitatório, cuja comunicação às licitantes será feita com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data marcada, através de afixação contendo cópia do extrato resumido ou da íntegra do ato no flanelógrafo da Prefeitura, conforme disposto na Lei Orgânica do Município, ou em jornal de grande circulação.

6.9 - Inexistindo recurso, ou após proferida a decisão sobre recurso interposto, a Comissão dará prosseguimento ao procedimento licitatório. Inicialmente, será devolvido ao preposto da licitante inabilitada mediante recibo, o envelope fechado que diz conter a Proposta e demais documentos.

6.10 - Na ausência de qualquer preposto de licitante, a Comissão manterá em seu poder o referido envelope, que deverá ser retirado pela licitante no prazo de 30 (trinta) dias contados da data referida no aviso que marca a data da sessão de prosseguimento do procedimento licitatório.

6.11 - Será feita, em seguida, a abertura do Envelope "B". A Comissão conferirá se foram entregues no referido envelope a Proposta e o Orçamento.



6.12 - Em seguida, a Comissão iniciará o Julgamento. Inicialmente, serão examinados os aspectos formais da proposta. O não atendimento às exigências deste Edital será motivo de desclassificação da proposta.

6.13 - A Comissão fará, então, o ordenamento das propostas das licitantes classificadas pela ordem crescente dos preços nelas apresentados;

6.14 - Não sendo encontrados erros a Comissão declarará a licitante classificada em primeiro lugar como vencedora desta licitação.

6.15 - Caso seja(m) encontrado(s) erros, a Comissão promoverá a desclassificação da proposta e declarará a licitante melhor classificada como vencedora desta licitação.

6.16 - Caso duas ou mais licitantes que tenham sido classificadas apresentem suas propostas com preços iguais, a Comissão Central de Licitação e Pregões fará sorteio para classificá-las, e adotará os procedimentos previstos neste capítulo.

6.17 - Caso a proposta classificada em 1º (primeiro) lugar, não seja ME ou EPP, a Comissão procederá de acordo com os subitens a seguir:

6.17.1 - Fica assegurado, como critério de desempate o exercício do direito de preferência para as ME ou EPP, devendo a licitante estar presente à sessão pública de divulgação da análise das propostas de preços, previamente marcada pela Comissão, para exercer mencionado direito.

6.17.2 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, depois de ordenadas as propostas de preços em ordem crescente dos preços ofertados.

6.17.3 - Para efeito do disposto no subitem 6.17.1., ocorrendo empate, a Comissão procederá da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será classificada em primeiro lugar e conseqüentemente declarada vencedora do certame.

b) Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.17.2., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

6.17.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.17.2., será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar nova proposta de preços, que deverá ser registrada em ata.

6.17.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6.17.6. Ocorrendo a situação prevista no subitem 6.17.3., a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta de preços após solicitação da Comissão. Todos os atos deverão constar da ata dos trabalhos.

6.18. A Comissão, após os procedimentos previstos nos itens anteriores deste capítulo, suspenderá a sessão a fim de que seja lavrada Ata a ser assinada pelos membros da Comissão e pelos prepostos dos licitantes que participam da licitação.

6.19. Se presentes os prepostos das licitantes à sessão, a Presidente e Pregoeira da Comissão fará diretamente a intimação dos atos relacionados com o julgamento das propostas, fundamentando a sua decisão e registrando os atos em ata. Caberá aos prepostos das licitantes se manifestarem sobre a intenção de interpor ou não recurso, a fim de que conste em ata e seja aberto o prazo recursal. Os autos do processo estarão com vista franqueada ao interessado ou interessados na presença da Comissão.

6.20 - Caso não estejam presentes à sessão os prepostos das licitantes, a intimação dos atos referidos no item anterior será feita através de afixação contendo cópia do extrato resumido ou da íntegra do ato no flanelógrafo da Prefeitura, conforme disposto na Lei Orgânica do Município, ou em jornal de grande circulação, iniciando-se no dia útil seguinte à publicação o prazo de 05 (cinco) dias úteis previsto em lei para a entrega a Comissão das razões e contrarrazões de recursos a serem interpostos. A sessão será suspensa.

6.21 - As dúvidas que surgirem durante as reuniões serão esclarecidas pela Presidente e Pregoeira da Comissão, na presença dos prepostos das licitantes.

6.22 - À Comissão é assegurado o direito de suspender qualquer sessão e marcar seu reinício para outra ocasião, fazendo constar esta decisão da Ata dos trabalhos. No caso, os envelopes ainda não abertos deverão ser rubricados pelos membros e por, no mínimo, 02 (dois) prepostos de licitantes, caso estejam presentes.

6.23 - A Comissão poderá, para analisar os Documentos de Habilitação, as Propostas e os Orçamentos, solicitar pareceres técnicos e suspender a sessão para realizar diligências a fim de obter melhores subsídios para as suas decisões.

6.24 - Todos os documentos ficam sob a guarda da Comissão Central de Licitação e Pregões, até a conclusão do procedimento.

6.25 - No caso de decretação de feriado que coincida com a data designada para entrega dos envelopes "A" e "B" e suas aberturas, esta licitação se realizará no primeiro dia útil subsequente, na mesma hora e mesmo local, podendo, no entanto, a Comissão definir outra data, horário e até local, fazendo a publicação e divulgação na mesma forma do início.

6.26 - A Comissão não considerará qualquer oferta de vantagens não prevista neste Edital, nem preço ou vantagem baseada nas propostas das demais licitantes.

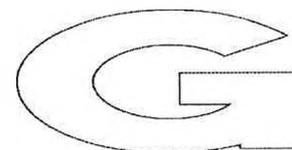
6.27 - Ocorrendo discrepância entre qualquer preço numérico ou por extenso, prevalecerá este último.

6.28 - Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, em não havendo intenção de interposição de recurso por parte de licitante, a Comissão poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas nos termos do art. 48 da Lei n.º 8.666/93.

6.29 - Abertos os envelopes contendo as Propostas, após concluída a fase de habilitação, não cabe desclassificar a proposta por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fato superveniente ou só conhecido após o julgamento.

6.30- Serão desclassificadas as propostas que apresentem:

- a) Condições ilegais, omissões, erros e divergência ou conflito com as exigências deste Edital.
- b) Proposta em função da oferta de outro competidor na licitação.



- c) Preço unitário inexistente, simbólico ou irrisório, havido assim como aquele incompatível com os preços praticados no mercado, conforme a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
- d) Preço unitário e/ou global excessivo, assim entendido como aquele superior ao orçado pela PMG, estabelecido no item 2.1 deste Edital.
- e) Preços unitários e/ou globais inexequíveis na forma do Art. 48 da Lei das Licitações.
- f) Quantitativos divergentes dos constantes na Planilha de preços estimados.
- g) Propostas que não atendam ao item 5 do edital.

## 7. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

7.1 - A Comissão emitirá relatório contendo o resultado do JULGAMENTO deste Edital, com classificação das licitantes, que estará assinado pelos membros que dela participaram.

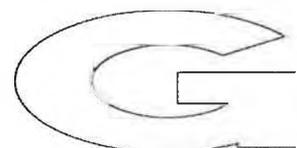
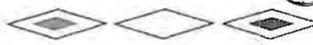
7.2 - A Homologação desta licitação e a Adjudicação do seu objeto em favor da licitante cuja proposta de preços seja classificada em primeiro lugar são da competência dos (as) Secretários (as).

7.3 - Os (as) Secretários (as) se reserva o direito de não homologar e revogar a presente licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, mediante parecer escrito e fundamentado sem que caiba a qualquer das licitantes o direito à indenização.

## 8. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 - Competirá à contratada, além das obrigações previstas no edital, a realização e observância dos seguintes procedimentos:

- a) A **CONTRATADA** deverá assumir integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem assim, pelos danos decorrentes da realização dos mesmos;
- b) Executar as atividades em conformidade com o descrito no presente Termo de Referência com os mais elevados padrões de competência, integridade profissional e ética;
- c) Arcar com as despesas de deslocamento e diárias suas e de seu pessoal contratado na execução das atividades externas próprias e de eventual treinamento;
- d) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações ou orientações se obriga a atender prontamente;
- e) Assumir todas as despesas relativas a pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o contrato, tais como: salários, encargos sociais e trabalhistas e eventuais passivos, impostos, alimentação do seu pessoal, deslocamentos de funcionários, tributos, seguros, taxas e serviços, licenças em repartições públicas, registros, autenticações do contrato, etc., e ficando, ainda, para todos os efeitos legais, declarado pela contratada a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a contratante;
- f) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados a terceiros em virtude do objeto do contrato a ser firmado;
- g) Não caucionar ou utilizar o contrato celebrado para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da contratante;
- h) Submeter-se às normas e condições baixadas pela contratante, quanto ao comportamento, discricção e urbanidade na relação interpessoal;



- i) Exercer rigoroso controle de qualidade sobre as informações apresentadas e atuar sempre dentro dos prazos estabelecidos;
- j) A contratada deverá realizar todas as atividades descritas acima quando tocante às atividades da Administração Municipal na representação do Ordenador de Despesa, em ações correlatas com as atividades profissionais.

## 9. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DOS SERVIÇOS

9.1 - A Contratada deverá utilizar na execução dos serviços, funcionários contratados, sendo vedada a utilização de funcionários (servidores ou terceirizados da PMG).

9.2 - A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer aos requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

- a) Prestar os serviços de acordo com a PARTE C – PROJETO BÁSICO/TERMO DE REFERÊNCIA, partes integrantes do edital.

## 10. DAS SUBCONTRATAÇÕES DOS SERVIÇOS

10.1 - Os serviços objeto desta licitação somente poderão ser subcontratados parcialmente com autorização da Secretaria.

10.2 - A subcontratação não altera a responsabilidade da CONTRATADA, a qual continuará íntegra e solidária perante a CONTRATANTE.

10.3 - As subcontratações porventura realizadas serão integralmente custeadas pela CONTRATADA.

10.4 - O contrato firmado entre a CONTRATADA e a Subcontratada será apresentado à Secretaria, que poderá objetar relativamente às cláusulas que possam vir em seu desfavor ou ensejar responsabilidades e encargos de qualquer natureza.

## 11. DO CONTRATO

11.1 - O Município de Guaiuba, através da Secretaria Gestora, e a licitante vencedora desta licitação assinarão contrato, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da convocação para este fim expedida pela Contratante sob pena de decair do direito à contratação.

11.2 - A recusa injusta da licitante vencedora em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pelo órgão contratante caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obra ou serviço constante de sua proposta de preços.

11.3 - A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da Secretaria ou outro por ela designado.

11.4 - A Contratada deverá manter preposto, aceito pela Contratante, para representá-lo na execução do contrato.

11.4.1 - Fica a contratada na obrigação de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



11.5 - A Contratada é obrigada a reparar, corrigir ou reexecutar, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se encontrarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

11.6 - A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal.

11.7 - A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

11.8 - O prazo para o início da execução dos serviços fica fixado em 05 (cinco) dias contados a partir da data da assinatura da Ordem de Serviços.

11.9 - O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme as disposições da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.

11.10 - Constituem motivos para a rescisão do contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e sem que caiba à Contratada direito a indenização de qualquer natureza, ocorrendo qualquer dos seguintes casos:

11.10.1 - não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais ou da legislação vigente;

11.10.2 - lentidão na execução dos serviços, levando a Prefeitura Municipal a presumir pela não conclusão dos mesmos nos prazos estipulados;

11.10.3 - cometimento reiterado de erros na execução dos serviços;

11.10.4 - falência, recuperação judicial ou dissolução da firma ou insolvência de seus sócios, gerentes ou diretores;

11.10.5 - o atraso injustificado ou paralisação sem justa causa e prévia comunicação à Prefeitura Municipal;

11.10.6 - a subcontratação total ou parcial das obras ou serviços, sem prévia autorização da Prefeitura Municipal, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Instrumento Convocatório e no Contrato;

11.10.7 - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como a de seus superiores;

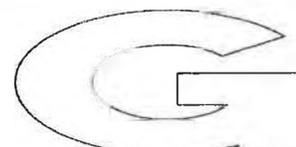
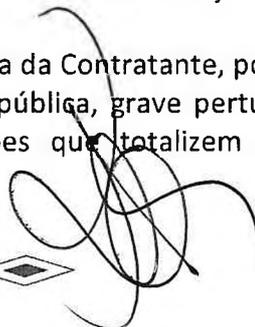
11.10.8 - o cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas pelo representante da Prefeitura Municipal, conforme previsto no parágrafo 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

11.10.9 - alteração social ou a modificação da finalidade ou de estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

11.10.10 - razões de interesse público, de alta relevância de amplo conhecimento, justificados e determinados pela Administração Pública;

11.10.11 - a supressão, por parte da Administração, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite estabelecido neste Edital;

11.10.12 - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Contratante, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo,



independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

11.10.13 - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Prefeitura Municipal, decorrentes dos serviços, destes já executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

11.10.14- A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

11.11 - A rescisão amigável do contrato, por acordo entre as partes, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Secretaria.

11.12 - Quando a rescisão ocorrer com base nos itens 11.10.10 a 11.10.14 deste Edital, sem que haja culpa da Contratada, esta será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que tiver sofrido, tendo direito:

a) aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

11.13 - É facultada à Prefeitura Municipal de Guaiuba, quando o convocado não assinar termo do contrato no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados, de conformidade com este Edital, ou revogar esta licitação.

11.14 - A Prefeitura Municipal de Guaiuba poderá, a seu critério, determinar a execução antecipada de serviços, obrigando-se a Contratada a realizá-los.

## 12. DOS ACRÉSCIMOS E/OU SUPRESSÕES AO CONTRATO

12.1. O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou subtrativo, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93.

12.2. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos na lei.

## 13. DOS PAGAMENTOS E DO REAJUSTE

13.1. Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria da Prefeitura Municipal de Guaiuba, a partir da entrega dos seguintes documentos, que serão retidos pela contratante.

a) nota fiscal / fatura emitida com base na prestação de serviços;

b) O contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Guaiuba - CE, com endereço a Rua Pedro Augusto, 53, Centro, Guaiuba, CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 12.359.535/0001-32 e CGF n.º 06.920.289-3, acompanhado das Certidões Federal, Estadual, Municipal, FGTS e CND Trabalhista.

13.2. Os pagamentos serão feitos até o 30º (trigésimo) dia do mês subseqüente ao da realização dos serviços.



13.3. A Contratante, no ato do pagamento, fará a retenção do Imposto Sobre Serviços incidente sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, responsabilizando-se pelos recolhimentos à Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças do Município, dos valores efetivamente retidos.

13.4. O Contrato só poderá ser reajustado após 01 (um) ano, de acordo com a variação do IGPM-FGV.

#### 14. DAS PENALIDADES E MULTA

14.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, falhar ou fraudar na execução dos futuros contratos, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Guaiuba e será descredenciado no Cadastro da Prefeitura de Guaiuba pelo prazo de até 02 (dois) anos**, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais:

14.1.1. multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado no caso de:

- a) recusar em celebrar contrato quando regularmente convocado;
- b) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- c) não mantiver a proposta ou lance;
- d) fraudar na execução do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;

14.1.2. multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, caso seja inferior a 30 (trinta) dias, no caso de retardamento na execução dos serviços;

14.1.3. multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços;

14.2. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento da execução, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos subitens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei n.º 10.520/02, as seguintes penas:

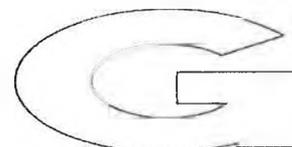
14.2.1. advertência;

14.2.2. multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor objeto da requisição, ou do valor global do contrato, conforme o caso.

14.3. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

14.4. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus.

14.4.1. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.



14.4.2. As partes se submeterão ainda às demais sanções impostas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada e no instrumento convocatório.

14.5. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

## 15. DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

15.1. As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada à ampla defesa e o contraditório.

15.1.1. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantidos os seguintes prazos de defesa:

a) 05 (cinco) dias úteis para as sanções exclusivamente de multa e advertência;

b) 10 (dez) dias corridos para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Guaiuba e descredenciamento no Cadastro da Prefeitura de Guaiuba pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

## 16. DOS RECURSOS

16.1. Das decisões proferidas pela Comissão Central de Licitação e Pregões caberão recursos nos termos do art. 109 da Lei n.º 8.666/93.

16.2. Os recursos deverão ser dirigidos a (o) Secretário (a), interpostos mediante petição datilografada, devidamente arrazoada subscrita pelo representante legal da recorrente, que comprovará sua condição como tal.

16.3. Os recursos relacionados com a habilitação e inabilitação da licitante e com o julgamento das propostas deverão ser entregues a Presidente e Pregoeira ou a um dos Membros da Comissão Central de Licitação e Pregões da Prefeitura Municipal de Guaiuba, no devido prazo, não sendo conhecidos os interpostos fora dele.

16.4. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

16.5. Decidido o recurso pela Comissão, deverá ser enviado, devidamente informado, ao Secretário Municipal, que proferirá sua decisão.

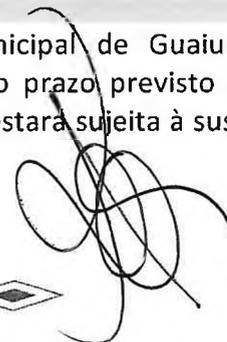
16.6. Nenhum prazo de recurso se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

16.7. Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

16.8. As decisões sobre os recursos interpostos serão feitos aos interessados mediante publicação no flanelógrafo da Prefeitura de Guaiuba, conforme disposto na Lei Orgânica do Município.

## 17. DAS SANÇÕES

17.1. A licitante que, convocada pela Prefeitura Municipal de Guaiuba para assinar o instrumento de contrato, se recusar a fazê-lo dentro do prazo previsto nesta TOMADA DE PREÇOS, sem motivo justificado aceito pela Contratante, estará sujeita à suspensão temporária



de participação em licitação promovida pelos órgãos do Município de Guaiuba, pelo prazo de 12 (doze) meses.

17.2 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora prevista no presente Edital, podendo a Contratante rescindir unilateralmente o contrato. À Contratada será aplicada, ainda, a pena de suspensão de participação em licitação promovida pelos órgãos do Município de Guaiuba, pelo prazo de até 02 (dois) anos, período durante o qual estará impedida de contratar com o Município de Guaiuba.

17.3 - Em caso de o Licitante ou Contratado ser reincidente, será declarado como inidôneo para licitar e contratar com o Município de Guaiuba.

17.4 - As sanções previstas neste Edital serão aplicadas pela Administração Municipal, à licitante vencedora desta licitação ou à Contratada, facultada a defesa prévia da interessada nos seguintes casos:

17.4.1 - de 05 (cinco) dias úteis, nos casos de advertência e de suspensão;

17.4.2 - de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município de Guaiuba.

17.5 - As sanções de advertência, suspensão e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município de Guaiuba poderão ser aplicadas juntamente com as de multa prevista neste Edital;

17.6 - As sanções de suspensão e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o Município de Guaiuba poderão também ser aplicadas às licitantes ou aos profissionais que, em razão dos contratos firmados com qualquer órgão da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal:

a) - tenha sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) - tenham praticados atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) - demonstrem possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública em virtude de atos ilícitos praticados.

17.7 - Somente após a Contratada ressarcir o Município de Guaiuba pelos prejuízos causados e, após decorrido o prazo de suspensão aplicada, é que poderá ser promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a sanção.

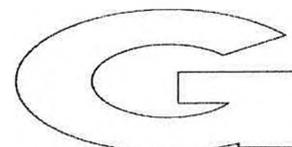
17.8 - A declaração de inidoneidade é da competência exclusiva do Prefeito Municipal de Guaiuba.

## **18. CONSULTAS, RESPOSTAS, ADITAMENTO, DILIGÊNCIAS, REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO**

18.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório desta TOMADA DE PREÇOS, dentro dos prazos legais e condições estabelecidas na Lei 8.666/93.

18.1.1. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração aquele que não o fizer dentro do prazo legal.

18.1.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.



18.1.3. Somente serão aceitos esclarecimentos, providências ou impugnação do ato convocatório quando protocolizados perante a Comissão Central de Licitação e Pregões da Prefeitura de Guaiuba, situada a Rua Pedro Augusto, 53, Centro, Guaiuba, Ceará, CEP 61.890-000. Não serão aceitos envios via e-mail.

18.2. Somente serão aceitas solicitações de esclarecimentos, providências ou impugnações mediante petição confeccionada em máquina datilográfica ou impressora eletrônica, em tinta não lavável, que preencham os seguintes requisitos:

18.2.1. O endereçamento à Comissão da Prefeitura de Guaiuba;

18.2.2. A identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada, assinada e protocolada na sede da Comissão Central de Licitação e Pregões da Prefeitura de Guaiuba, dentro do prazo editalício;

18.2.3. O fato e o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens discutidos;

18.2.4. O pedido, com suas especificações;

18.3. Caberá à Comissão decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

18.4. A resposta do Município de Guaiuba, Ceará, será disponibilizada a todos os interessados mediante afixação de cópia da íntegra do ato proferido pela administração no flanelógrafo da Comissão Central de Licitação e Pregões da Prefeitura de Guaiuba, conforme disposto na Lei Orgânica do Município e constituirá aditamento a estas Instruções.

18.5. O aditamento prevalecerá sempre em relação ao que for aditado.

18.6. Acolhida a petição de impugnação contra o ato convocatório que importe em modificação dos termos do edital será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

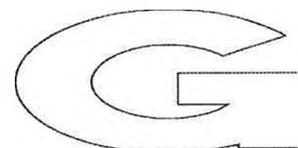
18.7. DILIGÊNCIA: Em qualquer fase do procedimento licitatório, o(a) Presidente e Pregoeira ou a autoridade superior poderá promover diligências no sentido de obter esclarecimentos, confirmar informações ou permitir que sejam sanadas falhas formais de documentação que complementem a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, fixando o prazo para a resposta.

18.7.1. Os licitantes notificados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo (a) Presidente e Pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.

18.8. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros.

## 19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A apresentação da proposta implica na aceitação plena das condições estabelecidas nesta TOMADA DE PREÇOS.



19.2. As normas que disciplinam esta TOMADA DE PREÇOS serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos o interesse público, sem comprometimento da segurança e do regular funcionamento da administração.

19.3. Os casos omissos poderão ser resolvidos pela Comissão durante a sessão e pelo(s) Secretário(s) Ordenador (es) de Despesa, em outro caso, mediante aplicação do caput do art. 54 da Lei n.º 8.666/93.

19.4. O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública desta TOMADA DE PREÇOS.

19.5. A adjudicação e a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.6. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital, nem em relação às expectativas de contratações dela decorrentes.

19.7. A Homologação e adjudicação do presente procedimento será de competência do(s) Secretário(s) Gestor(es).

19.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia de início de contagem e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Município, exceto quando for expressamente estabelecido em contrário.

19.9. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente edital será competente o Foro da Comarca de Guaiuba, Ceará.

19.10. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone: (085) 3376.1016, das 8h às 12h, ou diretamente na Sede da Comissão Central de Licitação e Pregões da Prefeitura de Guaiuba, situada a Rua Pedro Augusto, 53, Centro, Guaiuba, Ceará, CEP 61.890-000.

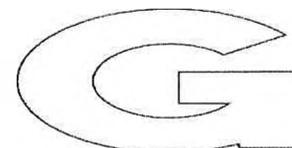
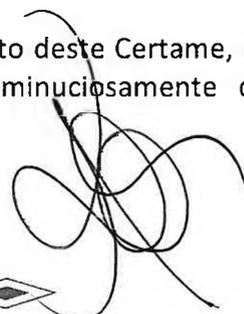
19.11. Cópias do edital e anexos serão fornecidas mediante Termo de Retirada de Edital, gratuitamente através de CD ROOM ou PEN DRIVE, a ser fornecido pelo licitante, ou mediante pagamento de cópia reprográfica, nos horários de 08h00min às 12h00min, na Sede da Comissão Central de Licitação e Pregões da Prefeitura de Guaiuba, situada no Rua Pedro Augusto, 53, Centro, CEP 61.890-000 – Guaiuba – Ceará, ficando os autos do presente processo administrativo desta TOMADA DE PREÇOS à disposição para vistas e conferência dos interessados, ficando o licitante obrigado a:

- a) pagamento da taxa no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) de cópia reprográfica; ou
- b) fornecer CD ROOM, PEN DRIVE.

19.11.1. O referido edital e seus anexos também estão disponíveis no(s) seguinte(s) sítio(s) virtual(is): [www.tcm.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes), nos termos da IN 04/2015 TCM/CE.

19.12. O Projeto Básico poderá ser examinado por qualquer interessado na sede da Comissão Central de Licitação e Pregões da Prefeitura de Guaiuba.

19.13. Todas as normas inerentes às contratações do objeto deste Certame, discriminadas nos Anexos deste Instrumento Convocatório deverão ser minuciosamente observadas pelos licitantes quando da elaboração de suas propostas.



19.14. No interesse da Administração Municipal e sem que caiba às licitantes qualquer tipo de indenização, fica assegurada a autoridade competente:

a) Alterar as condições, a qualquer tempo, no todo ou em parte, da presente licitação, dando ciência aos interessados na forma da legislação vigente.

19.15. Os avisos de prosseguimento das sessões, o resultado de julgamento de habilitação e de propostas, a decisão sobre os recursos interpostos, a Anulação ou revogação serão feitos aos interessados mediante publicação no flanelógrafo da Prefeitura de Guaiuba, conforme disposto na Lei Orgânica do Município.

Guaiuba, Ceará, em 03 de outubro de 2019.



**Karine dos Santos Costa Nogueira**  
Presidente da Comissão Central de Licitação e Pregões  
Prefeitura Municipal de Guaiuba



**MINUTA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 09.004/2019TP**  
Regido pela Lei n.º 8.666 de 21/06/93 – Alterada e consolidada

**PARTE B – ANEXOS**

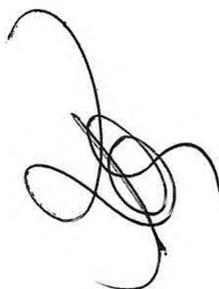
**ANEXO B.1. – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE:**

DECLARAMOS, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa \_\_\_\_\_ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº \_\_\_\_\_ endereço \_\_\_\_\_, é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaramos conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório da **TOMADA DE PREÇOS Nº \_\_\_\_\_** realizada pela Prefeitura Municipal de Guaiuba.

Guaiuba, Ceará, em ..... de ..... de 2019.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante  
RG / CPF

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do Contador  
CPF / CRC



**MINUTA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 09.004/2019TP**  
Regido pela Lei n.º 8.666 de 21/06/93 – Alterada e consolidada

**PARTE B – ANEXOS**

**ANEXO B.2. – MODELO DE CARTA DE PROPOSTA COMERCIAL**

(Papel Timbrado da Proponente, contendo endereço, telefone e fax)

Local e data

À  
Comissão Central de Licitação e Pregões  
Guaiuba-Ceará

**REF.: TOMADA DE PREÇOS N° 09.004/2019TP**

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇAGEM DE INTERESSE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUAIUBA.**

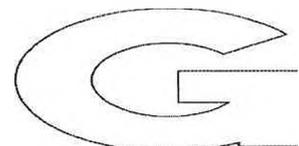
Prezados Senhores,

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para execução dos serviços objeto do Edital de **TOMADA DE PREÇOS N° \_\_\_\_\_** pelo valor global de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Valor Global em R\$					

O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses** a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade n°. \_\_\_\_\_ expedida em \_\_/\_\_/\_\_, Órgão Expedidor \_\_\_\_\_ e CPF n° \_\_\_\_\_, como representante legal desta empresa.



Informamos que o prazo de validade da nossa proposta é de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de abertura da licitação.

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

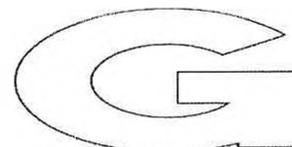
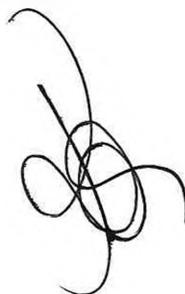
....., ..... de ..... de 2019.

Atenciosamente,

.....  
EMPRESA PROPONENTE / CNPJ  
REPRESENTANTE LEGAL / CPF

**ANEXAR:**

- a) Planilha Orçamentária;
- b) Planilha de Composição de Preços Unitários;
- c) Cronograma físico-financeiro;
- d) Planilha analítica de encargos sociais e de impostos e taxas;
- e) Composição analítica da taxa de B.D.I.



**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 09.004/2019TP**  
Regido pela Lei n.º 8.666 de 21/06/93 – Alterada e consolidada

**PARTE B – ANEXOS**

**ANEXO B.3. – MODELOS DE DECLARAÇÃO/PROCURAÇÃO**

**ITEM 1) Modelo de Procuração:**

**DOCUMENTO EXIGIDO NO CREDENCIAMENTO**

**PROCURAÇÃO**

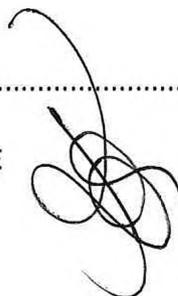
**OUTORGANTE:** <NOME DA EMPRESA, CNPJ e ENDEREÇO> neste ato representada por seu (titular, sócio, diretor ou representante), Sr.< NOME>, qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG e CPF).

**OUTORGADO:** <NOME DO CREDENCIADO> qualificação (nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF e endereço).

**PODERES:** O outorgante confere ao outorgado (a) pleno e gerais poderes para representá-lo nas reuniões e procedimentos relativo à licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS N.º 09.004/2019TP** do Município de Guaiuba, podendo o mesmo, entregar documentos de credenciamento, envelopes de proposta de preços e documentos de habilitação, assinar toda a documentação necessária, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do Outorgante que se fizerem necessários ao fiel cumprimento deste mandato, inclusive interpor recursos, ciente de que por força do artigo 675 do Código Civil está obrigado a satisfazer todas as obrigações contraídas pelo outorgado.

..... (CE), ..... de ..... 20.....

.....  
**OUTORGANTE**



**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 09.004/2019TP**  
Regido pela Lei n.º 8.666 de 21/06/93 – Alterada e consolidada

**PARTE B – ANEXOS**

**ANEXO B.3. – MODELOS DE DECLARAÇÃO/PROCURAÇÃO**

**ITEM 2) Modelo de Declaração:**

**DOCUMENTO EXIGIDO NA HABILITAÇÃO**

**DECLARAÇÃO**

(NOME E QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR), DECLARA:

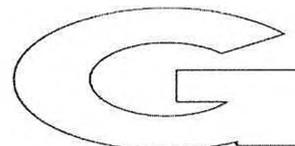
a) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Guaiuba, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

b) sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Guaiuba, Estado do Ceará, que concorda integralmente com os termos deste edital e seus anexos;

c) que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art. 32, §2º, da Lei n.º 8.666/93. Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

..... (CE), ..... de ..... 20.....

**DECLARANTE**



**EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 09.004/2019TP**  
Regido pela Lei n.º 8.666 de 21/06/93 – Alterada e consolidada

**PARTE B – ANEXOS**

**ANEXO B.4. – MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO Nº:** \_\_\_\_\_

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAUIUBA, E DO OUTRO A EMPRESA \_\_\_\_\_ PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

MUNICÍPIO DE GUAUIUBA, Estado do Ceará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, através da Secretaria de \_\_\_\_\_ neste ato representado pelo(a) Secretário(a) de \_\_\_\_\_, Sr(a). \_\_\_\_\_, C.P.F. N.º \_\_\_\_\_, aqui denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) do CPF nº \_\_\_\_\_, apenas denominada de **CONTRATADA**, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL**

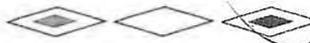
1.1. Processo de Licitação, na modalidade Tomada de Preços tombado sob o nº \_\_\_\_\_, em conformidade com a Lei Federal Nº 8.666/93 - Lei das Licitações Públicas.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1. Constitui objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇAGEM DE INTERESSE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUAUIUBA**, conforme especificações em anexo do edital e da proposta adjudicada.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

3.1. O valor mensal da presente avença é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), totalizando o valor global de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) para o período de 07 (sete) meses, a ser pago em conformidade com a execução dos serviços prestados no período respectivo, de acordo com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, acompanhadas das Certidões Federal, Estadual, Municipal, FGTS e CND Trabalhista, todas atualizadas, observadas a condições da proposta adjudicada e o anexo a este contrato.



3.2. O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses do seu registro, hipótese na qual poderá ser utilizado o índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

3.3. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

3.4. Independentemente de declaração expressa, fica subentendido que, no valor pago pelo contratante, estão incluídas todas as despesas necessárias à execução dos serviços, inclusive as relacionadas com materiais, equipamentos e mão-de-obra.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL**

4.1. O presente Instrumento terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, a critério das partes, na forma do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1. A realização dos serviços será de acordo com as solicitações requisitadas pela Contratante, devendo os mesmos serem executados após o recebimento da respectiva Ordem de serviços, junto à Secretaria Municipal competente, ou onde for mencionado na respectiva Ordem de serviços;

5.2. O recebimento dos serviços será efetuado nos seguintes termos:

5.2.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;

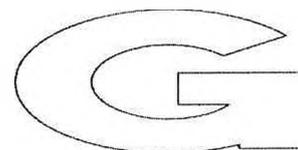
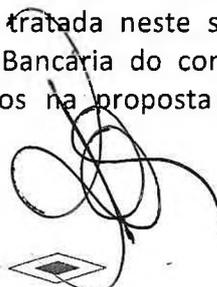
5.2.2. Definitivamente após verificação da qualidade e quantidade do serviço, pelo setor responsável pela solicitação e consequentemente aceitação.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA ORIGEM DOS RECURSOS**

6.1. A despesa ocorrerá à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Municipal, inerentes à(s) Secretaria(s) Contratante(s): \_\_\_\_\_

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO**

7.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao adimplemento da obrigação e encaminhamento da documentação tratada neste subitem, observadas as disposições editalícias, através de crédito na Conta Bancária do contratado ou através de cheque nominal, de acordo com os valores contidos na proposta de preço do licitante vencedor.



7.2. Por ocasião da realização dos serviços o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitidas em nome da Prefeitura Municipal de Guaiuba - CE, com endereço a Rua Pedro Augusto, 53, Centro, Guaiuba, CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 12.359.535/0001-32 e CGF nº 06.920.289-3, acompanhado das Certidões Federal, Estadual, Municipal, FGTS e CND Trabalhista;

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. A Contratada para realizar os serviços, objeto do presente Contrato obrigará-se a:

8.1.1. Cumprir integralmente as disposições do Contrato;

8.1.2. Responsabilizar-se pela realização dos serviços objeto deste Contrato, sendo, ainda, responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante seu fornecimento;

8.1.3. Responsabilizar-se e zelar pelo pagamento de suas dívidas em favor de terceiros envolvidos na execução do objeto contratual, em particular no que se refere às contribuições devidas à Previdência Social, Obrigações Trabalhistas, Seguros e aos Tributos à Fazenda Pública em geral;

8.1.4. Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.5. Atender com presteza e dignidade o(s) serviço(s) objeto deste Contrato;

8.1.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na forma estabelecida no Art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada;

8.1.7. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

8.1.8. Indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. A Contratante obrigará-se a:

9.1.1. Exigir o fiel cumprimento do Edital e Contrato, bem como zelo na prestação do fornecimento e o cumprimento dos prazos.

9.1.2. Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade na realização dos serviços objeto deste Contrato.

9.1.3. Acompanhar e fiscalizar junto a Contratada a execução do objeto contratual;

9.1.4. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Instrumento, bem como zelar pelo cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

9.1.5. Assegurar o livre acesso do CONTRATADO e de seus prepostos, devidamente identificados, a todos os locais onde se fizer necessária a prestação dos serviços licitados, prestando-lhe todas as informações e esclarecimentos que, eventualmente, forem solicitados.

#### **CLÁUSULA DEZ – DAS SANÇÕES**



10.1. À contratada total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções dos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93 e suas demais alterações;

10.2. A Contratada, no caso de inadimplemento, ficará sujeita às seguintes sanções:

10.2.1. Advertência;

10.2.2. Multas necessárias, conforme segue:

10.2.2.1. multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, caso seja inferior a 30 (trinta) dias;

10.2.2.2. multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução dos serviços;

10.3. Na hipótese de ato ilícito, outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do fornecimento/realização dos serviços, às atividades da administração, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave, ou descumprimento por parte do licitante de qualquer das obrigações definidas neste instrumento, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou em outros documentos que o complementem, não abrangidas nos sub itens anteriores, serão aplicadas, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, e na Lei n.º 10.520/02, as seguintes penas:

10.3.1. multa de 1% (um por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor global do contrato, conforme o caso;

10.4. Suspensão temporária do direito de participar em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura de GUAIUBA pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo de aplicação das seguintes multas e das demais cominações legais.

10.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

#### **CLÁUSULA ONZE - DA RESCISÃO**

11.1. Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Contratante, por conveniência administrativa ou por infringência de qualquer das condições pactuadas.

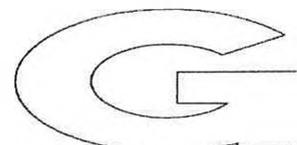
11.2. O não cumprimento das disposições especificadas no Edital e neste Contrato enseja sua rescisão administrativa prevista nos termos do art. 77 da Lei Federal 8.666/93, reconhecidos desde já os direitos da Administração, com relação às normas contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento dispostas no presente Instrumento.

11.3. O presente contrato é rescindível, ainda, independentemente de qualquer interpeleção judicial ou extrajudicial, em comum acordo, por iniciativa de uma das partes, mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, sem ônus para ambas as partes.

#### **CLÁUSULA DOZE – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

12.1. Quaisquer alterações que venham a ocorrer neste Instrumento serão efetuadas mediante Termo Aditivo.

#### **CLÁUSULA TREZE - DA PUBLICAÇÃO**



13.1. Este contrato deverá ser publicado por afixação em local de costume, até o quinto dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura.

#### CLÁUSULA CATORZE - DO FORO

14.1. O Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato é o da Comarca de Guaiúba - CE.

Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva de acordo entre elas celebrado, assinando o presente Contrato juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Guaiúba (CE), ..... de ..... de .....

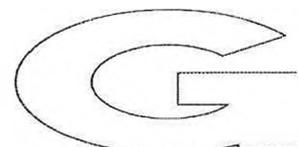
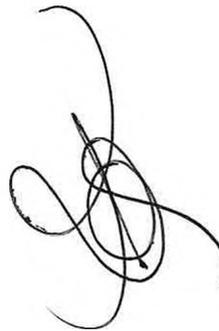
Secretário(a) de \_\_\_\_\_  
CONTRATANTE

CNPJ(MF): n.º \_\_\_\_\_  
Sr(a). \_\_\_\_\_ \* CPF: n.º \_\_\_\_\_  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ CPF Nº \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_ CPF Nº \_\_\_\_\_



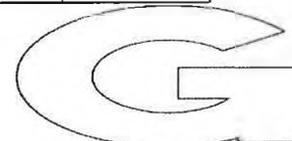
### PARTE C – TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO:

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇAGEM DE INTERESSE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUAIUBA, conforme especificações e condições contidas neste termo de referência.

#### 2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor uni.	Valor total.
01	ROÇAGEM NO TRECHO ÁGUA VERDE – POÇOS	KM	06	318,00	1.908,00
02	ROÇAGEM NO TRECHO BAÚ – RIACHO VERDE	KM	06	319,00	1914,00
03	ROÇAGEM NO TRECHO BARRA – VILA BELA	KM	11	319,00	3.509,00
04	ROÇAGEM NO TRECHO CARRAPATEIRA – SERRA DO MANOEL DIAS	KM	05	324,00	1.620,00
05	ROÇAGEM NO TRECHO CARRAPATEIRA – SERRA DO SÃO BENTO	KM	04	324,00	1.296,00
06	ROÇAGEM NO TRECHO DOIS RIOS	KM	11	327,00	3.597,00
07	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA – CARRAPATEIRA – SACO DOS MAIAS	KM	07	321,00	2.247,00
08	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA – CRUZETA – PARADA DA ALEGRIA	KM	10	321,33	3.213,33
09	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA – DOURADO – SÃO JERÔNIMO – GUAIUBA	KM	20	322,67	6.453,33
10	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA – SERRA DE SÃO BENTO	KM	06	326,00	1.956,00
11	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA – SERRA DA BOA VISTA	KM	05	324,00	1.620,00
12	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA – SERRA DO ARATICUM	KM	08	326,00	2.608,00
13	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA – CATOLÉ – BAIXA FUNDA	KM	05	328,00	1.640,00
14	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA – CAPOEIRA – BAIXA FUNDA	KM	07	322,00	2.254,00
15	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA – BOM PRINCÍPIO – JATOBÁ	KM	08	321,00	2.568,00
16	ROÇAGEM NO TRECHO MATA FRESCA – PEDRA D'ÁGUA – BAÚ	KM	09	302,33	2.721,00
17	ROÇAGEM NO TRECHO RIO NOVO	KM	07	318,00	2.226,00
18	ROÇAGEM NO TRECHO RIACHÃO (DNOCS)	KM	10	320,17	3.201,67
19	ROÇAGEM NO TRECHO VILA BELA - GUAIUBA	KM	07	318,17	2.227,17
				<b>VALOR TOTAL</b>	<b>48.779,50</b>



### REQUISITOS MÍNIMOS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

2.1. Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, que comprove que o licitante tenha prestado ou esteja prestando serviço compatível com o objeto da presente licitação.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

3.1. Na proposta de preços deverá constar as especificações detalhada do item, quantidade solicitada, o valor unitário e total, já considerando todas as despesas, tributos, impostos, taxas, encargos e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam registrados neste documento;

**3.1.1. Orçamento(s) detalhado(s)**, contendo de cada item a especificação do Grupo/Subgrupo/Serviço, a quantidade, a unidade, o preço unitário e o preço total, em algarismo, e o preço Global do orçamento, **assinado pelo responsável da empresa**, contendo ainda:

- a) Planilha de Composição de Preços Unitários, para cada serviço constante do orçamento apresentado, contendo todos os insumos e coeficientes de produtividade necessários à execução de cada serviço, quais sejam equipamentos, mão de obra, totalização de encargos sociais, insumos, transportes, BDI, totalização de impostos e taxas, e quaisquer outros necessários à execução dos serviços;
- b) Planilha analítica de encargos sociais e de impostos e taxas;
- c) Composição analítica da taxa de B.D.I. (Benefícios e Despesas Indiretas), de acordo com recomendações do TCU – Tribunal de Contas da União;

3.1.1.1. No caso de erro na coluna UNIDADE, a Comissão considerará como correta a Unidade expressa no Orçamento da Prefeitura Municipal de Guaiuba para o item.

#### **3.1.2. Cronograma físico financeiro.**

3.2. A licitante deverá garantir a execução dos serviços sem qualquer falha, e se caso constatado alguma imperfeição, terão que executar os serviços novamente e a licitante será submetida às penalidades da Lei, além do registro da falha no Cadastro de Fornecedores Municipais.

3.3. A Unidade Gestora poderá se valer da análise técnica dos itens propostos, antes da adjudicação e homologação da licitante, para verificação do atendimento das especificações mínimas dos serviços constantes neste Termo de Referência.

3.4. Será considerada vencedora a licitante cuja proposta contenha o **Menor Preço Global**, desde que atenda as exigências contidas neste Termo de Referência.

### 4. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO:

4.1. Para a execução dos serviços serão emitidas ORDENS DE SERVIÇOS, em conformidade com a(s) proposta(s) vencedora(s).

4.2. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas mediante lavratura dos respectivos contratos, subscritos pelo Município, através da Secretaria Gestora, representada(s)

pelo(a) Ordenador(a) de Despesa e o(s) licitante(s) vencedor(es), que observar os termos da Lei nº 8.666/93, do edital e demais normas pertinentes.

4.3. Os contratos produzirão seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de assinatura e vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, admitindo-se, porém, a prorrogação nos termos do artigo 57, da Lei Federal 8.666/93.

#### **5. LOCAL E PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

5.1. Os serviços deverão ser executados no local discriminado na ORDEM DE SERVIÇOS emitida pela Unidade Gestora.

5.2. Os serviços serão atestados por servidor designado e responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

5.3. Os serviços deverão ser iniciados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da expedição das ORDENS DE SERVIÇOS, observando rigorosamente as informações contidas no Projeto Básico, no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e observações constantes de sua proposta, bem ainda as normas técnicas vigentes.

#### **6. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

6.1. A realização dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor da(s) Secretaria(s), o(s) qual(is) deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta prestação dos serviços para fins de pagamento.

6.2. A presença da fiscalização da(s) Secretaria(s) não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada.

6.3. Caberá ao servidor designado rejeitar totalmente ou em parte, qualquer serviço que não esteja de acordo com as exigências, bem como, determinar prazo para substituição dos serviços eventualmente fora de especificação.

6.4. A execução dos serviços licitados poderá ser feito de forma fracionada ou em sua totalidade, de acordo com a necessidade do órgão interessado durante o prazo de contratação, mediante a expedição de periódicas ORDENS DE SERVIÇOS, pela(s) Secretaria(s) Gestora(s), constando a quantidade de serviços a serem realizados.

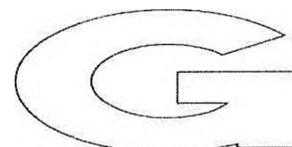
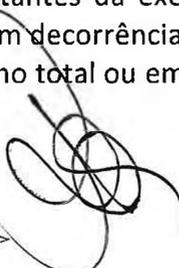
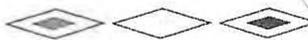
#### **7. RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR:**

7.1. São obrigações do fornecedor:

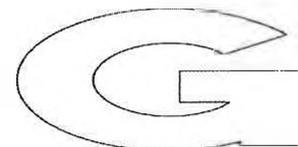
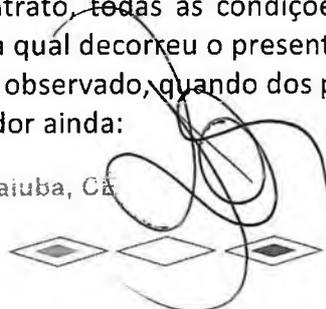
a) executar os serviços licitados dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado neste termo, observando ainda todas as normas técnicas que eventualmente regulem o fornecimento, responsabilizando-se ainda por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

b) assumir a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência dos serviços;

c) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;



- d) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MUNICÍPIO ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- e) indicar preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do contratado deverão ser comunicadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
- f) aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até 25% (vinte e cinco por cento) da(s) quantidade(s) máximas do(s) objeto(s) ou do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o Art. 65, § 1º da Lei 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do Município;
- g) executar os serviços de forma a não comprometer o funcionamento dos serviços do MUNICÍPIO;
- h) não sendo aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
- i) prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;
- j) dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante a realização dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste termo de referência;
- k) prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- l) comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- m) possibilitar ao MUNICÍPIO efetuar vistoria nas suas instalações, a fim de verificar as condições para atendimento do objeto contratual;
- n) respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- o) substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis da recusa, no todo ou em parte o objeto recusado pela administração, caso constatadas divergências nas especificações, às normas e exigências especificadas no Projeto Básico, no Edital ou na Proposta do Contratado, sujeitando-se às penalidades cabíveis;
- p) manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos materiais do MUNICÍPIO, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com o fornecimento deste objeto;
- q) manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, que será observado, quando dos pagamentos à CONTRATADA;
- 7.2. São responsabilidades do Fornecedor ainda:



a) toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da execução em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o MUNICÍPIO de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

b) toda e qualquer multa, indenização ou despesa imposta ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução dos serviços, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente;

7.2.1. O fornecedor autoriza o MUNICÍPIO a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa;

7.2.2. A ausência ou omissão da fiscalização do MUNICÍPIO não eximirá o fornecedor das responsabilidades previstas neste termo de referência;

7.3. A falta de quaisquer serviços cujo fornecimento incumbe ao contratado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

## **8. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:**

8.1. Indicar o local em que deverão ser realizados os serviços;

8.2. Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local do serviço desde que observadas às normas de segurança;

8.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, após o cumprimento das formalidades legais;

8.4. Designar servidor para a vistoria e fiscalização do serviço;

8.5. A comunicação imediata à CONTRATANTE quanto a possíveis dificuldades na execução do contrato;

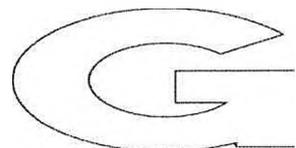
8.6. A prestação de informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto ou que venham a ser solicitados pelo representante da Contratada;

8.7. O recebimento do objeto contratado, atestando-o ou rejeitando-o caso não esteja de acordo com as especificações trazidas neste Termo;

8.8. A comunicação por escrito e tempestiva à Contratada referente a qualquer alteração ou irregularidade na execução deste Contrato;

8.9. A solicitação de esclarecimento, correção e solução de incoerências, falhas ou eventuais omissões constatadas em seus trabalhos, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, independente da responsabilidade, mesmo após a conclusão das etapas e do encerramento do contrato e que forem julgadas como necessárias à conclusão do processo de desapropriação e indenização;

8.10. Os esclarecimentos de condições excepcionais alheias a este termo.



### **9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

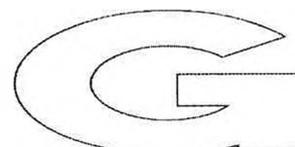
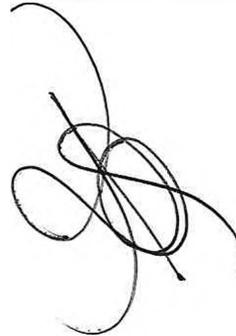
9.1. O pagamento será feito na proporção da execução dos serviços, segundo as ordens de serviços expedidas pela administração, em conformidade com as notas fiscais devidamente atestadas pelo Gestor da despesa;

9.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada abaixo, observadas as disposições deste termo de referência, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque nominal, acompanhado da seguinte documentação:

- a) Nota Fiscal, em via única, devidamente atestada pelo gestor do contrato;
- b) CND emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto às contribuições sociais;
- c) CND emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual;
- d) CND emitida pela Prefeitura Municipal, da sede da licitante;
- e) CRF – Certificado de Regularidade de FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal; e,
- f) CND emitida pela Justiça Federal do Trabalho.

### **10. GESTOR DO CONTRATO:**

10.1. A Gestão do Contrato será exercida pelo Secretário da respectiva Pasta ou quem este designar, o qual deverá exercer em toda sua plenitude a ação de que trata a Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.



# PROASA Engenharia, Perícia e Avaliações

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍUBA  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO

OBJETO DO ORÇAMENTO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇAGEM EM DIVERSOS TRECHOS DO MUNICÍPIO DE GUAÍUBA - CE  
LOCAL: SEDE E DISTRITOS  
DATA: 21/06/2019

BASE DE PREÇO: COTAÇÕES DE PREÇOS DIRETO NO MERCADO



## ORÇAMENTO BÁSICO

Nº	COMP	TIPO DO SERVIÇO	UNID.	QNT. ESTIMADA	PREÇO			
					UNITÁRIO S/ BDI	UNITÁRIO C/BDI	TOTAL	
1.0	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇAGEM EM DIVERSOS TRECHOS DO MUNICÍPIO DE GUAÍUBA - CE						RS	48.779,50
1.1	COMP 1	ROÇAGEM NO TRECHO AGUA VERDE - POÇOS	KM	6,00	264,45	318,00	1.908,00	
1.2	COMP 2	ROÇAGEM NO TRECHO BAU - RIACHO VERDE	KM	6,00	265,28	319,00	1.914,00	
1.3	COMP 3	ROÇAGEM NO TRECHO BARRA - VILA BELA	KM	11,00	265,28	319,00	3.509,00	
1.4	COMP 4	ROÇAGEM NO TRECHO CARRAPATEIRA - SERRA DO MANOEL DIAS	KM	8,00	269,44	324,00	1.620,00	
1.5	COMP 5	ROÇAGEM NO TRECHO CARRAPATEIRA - SERRA DOS SÃO BENTO	KM	4,00	269,44	324,00	1.296,00	
1.6	COMP 6	ROÇAGEM NO TRECHO DOS RIOS	KM	11,00	271,93	327,00	3.597,00	
1.7	COMP 7	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA - CARRAPATEIRA - SACO DOS MAIAS	KM	7,00	266,94	321,00	2.247,00	
1.8	COMP 8	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA - CRUZETA - PARADA DA ALEGRIA	KM	10,00	267,22	321,33	3.213,33	
1.9	COMP 9	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA - DOBRADO - SÃO JERÔNIMO - GUAÍUBA	KM	20,00	268,33	322,67	6.453,33	
1.10	COMP 10	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA - SERRA DE SÃO BENTO	KM	6,00	271,10	326,00	1.956,00	
1.11	COMP 11	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA - SERRA DA BOA VISTA	KM	8,00	269,44	324,00	1.620,00	
1.12	COMP 12	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA SERRA DO ARATICUM	KM	8,00	271,10	326,00	2.608,00	
1.13	COMP 13	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA CATOLE - BAIXA FUNDA	KM	8,00	272,76	328,00	1.640,00	
1.14	COMP 14	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA - CAPOEIRA - BAIXA FUNDA	KM	7,00	267,77	322,00	2.254,00	
1.15	COMP 15	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA - BOM PRINCÍPIO - JATÓBA	KM	8,00	266,94	321,00	2.568,00	
1.16	COMP 16	ROÇAGEM NO TRECHO MATA FRESCA - PEDRA D'AGUA - BAU	KM	9,00	251,42	302,33	2.721,00	
1.17	COMP 17	ROÇAGEM NO TRECHO RIO NOVO	KM	7,00	264,45	318,00	2.226,00	
1.18	COMP 18	ROÇAGEM NO TRECHO RIACHÃO (DINÓIS)	KM	10,00	265,25	320,17	3.201,67	
1.19	COMP 19	ROÇAGEM NO TRECHO VILA BELA - GUAÍUBA	KM	7,00	264,59	318,17	2.227,17	
<b>TOTAL GERAL C/ B.D.I</b>							<b>RS</b>	<b>48.779,50</b>

Importa o presente orçamento no valor total de RS 48.779,50 ( Quarenta E Oito Mil, Setecentos E Setenta E Nove Reais E Cinquenta Centavos )

Guaiuba(Ce), 21 de Junho de 2019

Adonai da Silva Aires  
Engenheiro Civil  
RPN: 0600947980 CREA/CE

# PROASA Engenharia, Perícia e Avaliações

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍUBA  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO

OBJETO DO ORÇAMENTO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇAGEM EM DIVERSOS TRECHOS DO MUNICÍPIO DE GUAÍUBA - CI

LOCAL: SEDE E DISTRITOS

DATA: 21/06/2019

BASE DE PREÇO: COTAÇÕES DE PREÇOS DIRETO NO MERCADO

## PLANILHA COMPARATIVA DA COTAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	COMP.	DESCRIÇÃO	UNID.	COTAÇÃO A		COTAÇÃO B		COTAÇÃO C		PREÇO MÉDIO DAS EMPRESAS CONTRATADAS	KM A SEREM CONTRATADAS	VALOR TOTAL DO ITEM
				PREÇO COTADO	VALOR S / BDI	PREÇO COTADO	VALOR S / BDI	PREÇO COTADO	VALOR S / BDI			
17	COMP 7	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA - CARRAPATEIRA - SACO DOS MAIAS	KM	267,77	266,11	266,94	266,94	266,94	266,94	R\$ 266,94	7,00	R\$ 1.868,59
				322,00	320,00	321,00	321,00	321,00	321,00	R\$ 321,00		R\$ 2.247,00
18	COMP 8	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA - CRUZETA - PARADA DA ALEGRIA	KM	266,94	266,94	267,77	267,77	267,77	267,22	R\$ 267,22	10,00	R\$ 2.672,19
				321,00	321,00	322,00	322,00	321,33	321,33	R\$ 321,33		R\$ 3.213,33
19	COMP 9	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA - DOURADO - SÃO JERÔNIMO - GUAÍUBA	KM	269,44	267,77	267,77	267,77	267,77	268,33	R\$ 268,33	20,00	R\$ 5.366,55
				324,00	322,00	322,00	322,00	322,67	322,67	R\$ 322,67		R\$ 6.453,33
110	COMP 10	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA - SERRA DE SÃO BENTO	KM	271,10	270,27	271,93	271,93	271,93	271,10	R\$ 271,10	6,00	R\$ 1.626,60
				326,00	325,00	327,00	327,00	326,00	326,00	R\$ 326,00		R\$ 1.956,00
111	COMP 11	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA - SERRA DA BOA VISTA	KM	268,60	269,44	270,27	270,27	270,27	269,44	R\$ 269,44	5,00	R\$ 1.347,18
				323,00	324,00	325,00	325,00	324,00	324,00	R\$ 324,00		R\$ 1.620,00
112	COMP 12	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA - SERRA DO ARATICUM	KM	272,76	271,10	269,44	269,44	269,44	271,10	R\$ 271,10	8,00	R\$ 2.168,79
				328,00	326,00	324,00	324,00	326,00	326,00	R\$ 326,00		R\$ 2.608,00



# PROASA Engenharia, Perícia e Avaliações

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAUBA  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO

OBJETO DO ORÇAMENTO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇAGEM EM DIVERSOS TRECHOS DO MUNICÍPIO DE GUAUBA - CI

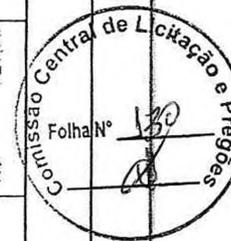
SEDE E DISTRITOS

DATA: 21/06/2019

BASE DE PREÇO: COTAÇÕES DE PREÇOS DIRETO NO MERCADO

## PLANILHA COMPARATIVA DA COTAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	COMP.	DESCRIÇÃO	UNID.	COTAÇÃO A			COTAÇÃO B			COTAÇÃO C			PREÇO MÉDIO DAS EMPRESAS CONTRATADAS	KM A SEREM CONTRATADAS	VALOR TOTAL DO ITEM
				PREÇO COTADO	VALOR S / BDI	VALOR C / BDI	PREÇO COTADO	VALOR S / BDI	VALOR C / BDI	PREÇO COTADO	VALOR S / BDI	VALOR C / BDI			
1.1	COMP 1	ROÇAGEM NO TRECHO ÁGUA VERDE - POÇOS	KM	263,62	VALOR S / BDI	264,45	VALOR S / BDI	265,28	VALOR S / BDI	264,45	VALOR S / BDI	264,45	R\$ 264,45	6,00	R\$ 1.586,68
				317,00	VALOR C / BDI	318,00	VALOR C / BDI	319,00	VALOR C / BDI	318,00	VALOR C / BDI	318,00	R\$ 318,00		R\$ 1.908,00
1.2	COMP 2	ROÇAGEM NO TRECHO BAÚ - RIACHO VERDE	KM	266,94	VALOR S / BDI	265,28	VALOR S / BDI	263,62	VALOR S / BDI	265,28	VALOR S / BDI	265,28	R\$ 265,28	6,00	R\$ 1.591,67
				321,00	VALOR C / BDI	319,00	VALOR C / BDI	317,00	VALOR C / BDI	319,00	VALOR C / BDI	319,00	R\$ 319,00		R\$ 1.914,00
1.3	COMP 3	ROÇAGEM NO TRECHO BARRA - VILA BELA	KM	265,28	VALOR S / BDI	264,45	VALOR S / BDI	266,11	VALOR S / BDI	264,45	VALOR S / BDI	265,28	R\$ 265,28	11,00	R\$ 2.918,06
				319,00	VALOR C / BDI	318,00	VALOR C / BDI	320,00	VALOR C / BDI	319,00	VALOR C / BDI	319,00	R\$ 319,00		R\$ 3.509,00
1.4	COMP 4	ROÇAGEM NO TRECHO CARRAPATEIRA - SERRA DO MANOEL DIAS	KM	268,60	VALOR S / BDI	270,27	VALOR S / BDI	269,44	VALOR S / BDI	270,27	VALOR S / BDI	269,44	R\$ 269,44	5,00	R\$ 1.347,18
				323,00	VALOR C / BDI	325,00	VALOR C / BDI	324,00	VALOR C / BDI	324,00	VALOR C / BDI	324,00	R\$ 324,00		R\$ 1.620,00
1.5	COMP 5	ROÇAGEM NO TRECHO CARRAPATEIRA - SERRA DO SÃO BENTO	KM	268,60	VALOR S / BDI	270,27	VALOR S / BDI	269,44	VALOR S / BDI	270,27	VALOR S / BDI	269,44	R\$ 269,44	4,00	R\$ 1.077,74
				323,00	VALOR C / BDI	325,00	VALOR C / BDI	324,00	VALOR C / BDI	324,00	VALOR C / BDI	324,00	R\$ 324,00		R\$ 1.296,00
1.6	COMP 6	ROÇAGEM NO TRECHO DOIS RIOS	KM	271,93	VALOR S / BDI	271,10	VALOR S / BDI	272,76	VALOR S / BDI	271,10	VALOR S / BDI	271,93	R\$ 271,93	11,00	R\$ 2.991,24
				327,00	VALOR C / BDI	326,00	VALOR C / BDI	328,00	VALOR C / BDI	327,00	VALOR C / BDI	327,00	R\$ 327,00		R\$ 3.597,00



# PROASA Engenharia, Perícia e Avaliações

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍUBA  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇAGEM EM DIVERSOS TRECHOS DO MUNICÍPIO DE GUAÍUBA - CE

OBJETO DO  
ORÇAMENTO:

SEDE E DISTRITOS

DATA: 21/06/2019

BASE DE PREÇO: COTAÇÕES DE PREÇOS DIRETO NO MERCADO

## PLANILHA COMPARATIVA DA COTAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	COMP.	DESCRIÇÃO	UNID.	VALOR S / BDI	COTAÇÃO A		COTAÇÃO B		COTAÇÃO C		PREÇO MEDIO DAS EMPRESAS CONTRATADAS	KM À SEREM CONTRATADAS	VALOR TOTAL DO ITEM
					PREÇO COTADO	VALOR C / BDI	PREÇO COTADO	VALOR C / BDI	PREÇO COTADO	VALOR C / BDI			
113	COMP 13	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA CATOLE - BAIXA FUNDA	KM	273,59	271,93	272,76	272,76	R\$ 272,76	5,00	R\$ 1.363,81			
					329,00	328,00	328,00	R\$ 328,00			R\$ 1.640,00		
114	COMP 14	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA - CAPOEIRA - BAIXA FUNDA	KM	266,94	268,60	267,77	267,77	R\$ 267,77	7,00	R\$ 1.874,41			
					321,00	322,00	322,00	R\$ 322,00			R\$ 2.254,00		
115	COMP 15	ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA - BOM PRINCÍPIO - JATOBA	KM	266,94	267,77	266,11	266,94	R\$ 266,94	8,00	R\$ 2.135,53			
					321,00	322,00	322,00	R\$ 322,00			R\$ 2.568,00		
116	COMP 16	ROÇAGEM NO TRECHO MATA FRESCA - PEDRA D'ÁGUA - BAU	KM	252,80	251,14	250,31	251,42	R\$ 251,42	9,00	R\$ 2.262,76			
					304,00	302,00	301,00	R\$ 302,33			R\$ 2.721,00		
117	COMP 17	ROÇAGEM NO TRECHO RIO NOVO	KM	265,28	263,62	264,45	264,45	R\$ 264,45	7,00	R\$ 1.851,13			
					319,00	317,00	318,00	R\$ 318,00			R\$ 2.226,00		
118	COMP 18	ROÇAGEM NO TRECHO REACTIÃO (DNOCS)	KM	266,11	267,36	265,28	266,25	R\$ 266,25	10,00	R\$ 2.662,48			
					320,00	321,50	319,00	R\$ 320,17			R\$ 3.201,67		



# PROASA Engenharia, Perícia e Avaliações

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJUABA  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO

OBJETO DO ORÇAMENTO:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇAGEM EM DIVERSOS TRECHOS DO MUNICÍPIO DE GUAJUABA - CI

LOCAL:

SEDE E DISTRITOS

DATA:

21/06/2019

BASE DE PREÇO: COTAÇÕES DE PREÇOS DIRETO NO MERCADO

## PLANILHA COMPARATIVA DA COTAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	COMP.	DESCRIÇÃO	UNID.	COTAÇÃO A		COTAÇÃO B		COTAÇÃO C		PREÇO MEDIO DAS EMPRESAS CONTRATADAS	KM A SEREM CONTRATADAS	VALOR TOTAL DO ITEM
				PREÇO COTADO	VALOR S / BDI	PREÇO COTADO	VALOR S / BDI	PREÇO COTADO	VALOR S / BDI			
1	19	ROÇAGEM NO TRECHO VILA BELA - GUAJUABA	KM	264,86	265,28	263,62	264,59	317,00	318,17	R\$ 7,00	7,00	R\$ 1.852,10
TOTAL EM SERVIÇOS SEM BDI											R\$ 40.564,70	
TOTAL EM SERVIÇOS COM BDI											R\$ 48.779,50	

EMPRESAS QUE ENVIARAM PROPOSTA DE PREÇO PARA A COLETA SOLICITADA PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJUABA.

EMPRESA A:

LEANDRO FELIPE DE LIMA - CPF Nº 053.746.533 - 26

EMPRESA B:

MANOEL NOGUEIRA DOVALE JUNIOR - CPF Nº 027.651.503 - 03

EMPRESA C:

MANUEL FELIPE DE LIMA - CPF Nº 049.766.603 - 03

Guaiubá(Ci), 21 de Junho de 2019

Adonai da Silva Aires  
Engenheiro Civil  
RPN: 0600947980 CREA/CE



# PROASA Engenharia, Perícia e Avaliações

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍUBA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO

**OBJETO DO ORÇAMENTO:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇAGEM EM DIVERSOS TRECHOS DO MUNICÍPIO DE GUAÍUBA - CE  
**LOCAL:** SEDE E DISTRITOS  
**DATA:** 21/06/2019



**BASE DE PREÇO:** COTAÇÕES DE PREÇOS DIRETO NO MERCADO

### COMPOSIÇÕES DE PREÇOS

COMP 01 - ROÇAGEM NO TRECHO ÁGUA VERDE - POÇOS - KM					
MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
12543	SERVENTE	H	18,2470	13,2100	241,0431
16315	ENCARREGADO DE TURMA / FEITOR	H	0,9114	25,6800	23,4035
Total:					264,4466
Total Simples:					264,45
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					53,55
Valor Geral:					318,00

COMP 02 - ROÇAGEM NO TRECHO BAÚ - RIACHO VERDE - KM					
MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
12543	SERVENTE	H	18,3044	13,2100	241,6011
16315	ENCARREGADO DE TURMA / FEITOR	H	0,9142	25,6800	23,4771
Total:					265,2782
Total Simples:					265,28
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					53,72
Valor Geral:					319,00

COMP 03 - ROÇAGEM NO TRECHO BARRA - VILA BELA - KM					
MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
12543	SERVENTE	H	18,3044	13,2100	241,6011
16315	ENCARREGADO DE TURMA / FEITOR	H	0,9142	25,6800	23,4771
Total:					265,2782
Total Simples:					265,28
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					53,72
Valor Geral:					319,00

COMP 04 - ROÇAGEM NO TRECHO CARRAPATEIRA - SERRA DO MANOEL DIAS - KM					
MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
12543	SERVENTE	H	18,5913	13,2100	245,5911
16315	ENCARREGADO DE TURMA / FEITOR	H	0,9285	25,6800	23,8451
Total:					269,4362
Total Simples:					269,44
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					54,56
Valor Geral:					324,00

COMP 05 - ROÇAGEM NO TRECHO CARRAPATEIRA - SERRA DO SÃO BENTO - KM					
MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
12543	SERVENTE	H	18,5913	13,2100	245,5911
16315	ENCARREGADO DE TURMA / FEITOR	H	0,9285	25,6800	23,8451
Total:					269,4362
Total Simples:					269,44
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					54,56
Valor Geral:					324,00

V

# PROASA Engenharia, Perícia e Avaliações

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍUBA

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO

**OBJETO DO ORÇAMENTO:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇAGEM EM DIVERSOS TRECHOS  
**LOCAL:** CE SEDE E DISTRITOS  
**DATA:** 21-06-2019



BASE DE PREÇO: COTAÇÕES DE PREÇOS DIRETO NO MERCADO

## COMPOSIÇÕES DE PREÇOS

COMP 06 - ROÇAGEM NO TRECHO TRECHO DOIS RIOS - KM					
MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
12543	SERVENTE	H	18,7634	13,2100	247,8651
16815	ENCARREGADO DE TURMA / FEITOR	H	0,9371	25,6800	24,0659
Total:					271,9310
Total Simples:					271,93
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					55,07
Valor Geral:					327,00

COMP 07 - ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA - CARRAPATEIRA - SACO DOS MAIAS - KM					
MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
12543	SERVENTE	H	18,4192	13,2100	243,3171
16815	ENCARREGADO DE TURMA / FEITOR	H	0,9159	25,6800	23,6243
Total:					266,9414
Total Simples:					256,94
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					54,06
Valor Geral:					321,00

COMP 08 - ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA - CRUZETA - PARADA DA ALEGRIA - KM					
MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
12543	SERVENTE	H	18,4383	13,2100	243,5593
16815	ENCARREGADO DE TURMA / FEITOR	H	0,9209	25,6800	23,6499
Total:					267,2092
Total Simples:					267,22
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					54,11
Valor Geral:					321,33

COMP 09 - ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA - DOURADO - SÃO JERÔNIMO - GUAÍUBA - KM					
MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
12543	SERVENTE	H	18,5148	13,2100	244,5804
16815	ENCARREGADO DE TURMA / FEITOR	H	0,9247	25,6800	23,7470
Total:					268,3274
Total Simples:					268,33
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					54,34
Valor Geral:					322,67

COMP 10 - ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA - SERRA DE SÃO BENTO - KM					
MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
12543	SERVENTE	H	18,7061	13,2100	247,1071
16815	ENCARREGADO DE TURMA / FEITOR	H	0,9343	25,6800	23,9923
Total:					271,0994
Total Simples:					271,10
Encargos Sociais:					INCLUSO
Valor BDI:					54,90
Valor Geral:					326,00



# PROASA Engenharia, Perícia e Avaliações

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍUBA

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO

OBJETO DO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇAGEM EM DIVERSOS TRECHOS DO MUNICÍPIO DE GUAÍUBA -

ORÇAMENTO: CE

LOCAL: SEDE E DISTRITOS

DATA: 21.06.2019



BASE DE PREÇO: COTAÇÕES DE PREÇOS DIRETO NO MERCADO

## COMPOSIÇÕES DE PREÇOS

COMP 11 - ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA - SERRA DA BOA VISTA - KM					
MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
12543	SERVENTE	H	18,5913	13,2100	245,5911
16315	ENCARREGADO DE TURMA / FEITOR	H	0,9285	25,6800	23,8451
				Total	269,4362
				Total Simples:	269,44
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	54,56
				Valor Geral:	324,00

COMP 12 - ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA - SERRA DA BOA VISTA - KM					
MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
12543	SERVENTE	H	18,7051	13,2100	247,1071
16315	ENCARREGADO DE TURMA / FEITOR	H	0,9343	25,6800	23,9923
				Total	271,0994
				Total Simples:	271,10
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	54,90
				Valor Geral:	326,00

COMP 13 - ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA - CATOLÉ - BAIXA FUNDA - KM					
MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
12543	SERVENTE	H	18,8208	13,2100	248,5231
16315	ENCARREGADO DE TURMA / FEITOR	H	0,9400	25,6800	24,1395
				Total	272,6626
				Total Simples:	272,76
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	55,24
				Valor Geral:	328,00

COMP 14 - ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA - CAPOEIRA - BAIXA FUNDA - KM					
MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
12543	SERVENTE	H	18,4755	13,2100	244,0751
16315	ENCARREGADO DE TURMA / FEITOR	H	0,9228	25,6800	23,6979
				Total	267,7730
				Total Simples:	267,77
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	54,23
				Valor Geral:	322,00

COMP 15 - ROÇAGEM NO TRECHO ITACIMA - BOM PRINCIPIO - JATOBÁ - KM					
MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
12543	SERVENTE	H	18,4192	13,2100	243,3171
16315	ENCARREGADO DE TURMA / FEITOR	H	0,9199	25,6800	23,6243
				Total	266,9414
				Total Simples:	266,94
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	54,06
				Valor Geral:	321,00

# PROASA Engenharia, Perícia e Avaliações

## PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍUBA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO

**OBJETO DO ORÇAMENTO:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇAGEM EM DIVERSOS TRECHOS DO MUNICÍPIO DE GUAÍUBA - CE  
**LOCAL:** SEDE E DISTRITOS  
**DATA:** 21/06/2019



BASE DE PREÇO: COTAÇÕES DE PREÇOS DIRETO NO MERCADO

### COMPOSIÇÕES DE PREÇOS

COMP 16 - ROÇAGEM NO TRECHO MATA FRESCA - PEDRA D'ÁGUA - BAÚ - KM					
MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
12543	SERVENTE	H	17,3481	13.2100	229.1679
16815	ENCARREGADO DE TURMA / FEITOR	H	0,8565	25.6800	22.2505
				Total:	251.4183
				Total Simples:	251.42
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	50.92
				Valor Geral:	302.33

COMP 17 - ROÇAGEM NO TRECHO RIO NOVO - KM					
MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
12543	SERVENTE	H	18,2473	13.2100	241.0431
16815	ENCARREGADO DE TURMA / FEITOR	H	0,9114	25.6800	23.4005
				Total:	264.4436
				Total Simples:	264.45
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	53,55
				Valor Geral:	318,00

COMP 18 - ROÇAGEM NO TRECHO RIACHÃO (DNOCS) - KM					
MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
12543	SERVENTE	H	18,3713	13.2100	242.6954
16815	ENCARREGADO DE TURMA / FEITOR	H	0,9176	25.6800	23.5630
				Total:	266.2484
				Total Simples:	266.25
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	53,92
				Valor Geral:	320,17

COMP 19 - ROÇAGEM NO TRECHO VILA BELA - GUAÍUBA - KM					
MAO DE OBRA		Unidade	Coefficiente	Preço	Total
12543	SERVENTE	H	18,2566	13.2100	241.1694
16815	ENCARREGADO DE TURMA / FEITOR	H	0,9118	25.6800	23.4159
				Total:	264.5852
				Total Simples:	264,59
				Encargos Sociais:	INCLUSO
				Valor BDI:	53,58
				Valor Geral:	318,17

Guaiuba(Ce), 21 de Junho de 2019

Adonai da Silva Aires  
Engenheiro Civil  
RPN: 0600947980 CREA/CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍUBA  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO

OBJETO DO

ORÇAMENTO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇAGEM EM DIVERSOS TRECHOS DO MUNICÍPIO DE GUAÍUBA - CE

LOCAL: SEDE E DISTRITOS

DATA: 21/06/2019

## ENCARGOS SOCIAIS - DESONERADOS



CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
<b>GRUPO A</b>		
<b>A</b>	<b>Encargos Sociais Básicos</b>	<b>16,80%</b>
A1	INSS	0,00%
A2	SESI	1,50%
A3	SENAI	1,00%
A4	INCRA	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%
A8	FGTS	8,00%
A9	SECONCI	0,00%
<b>GRUPO B</b>		
<b>B</b>	<b>Encargos Sociais que recebem incidências de A</b>	<b>44,97%</b>
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,85%
B2	Feridos	3,71%
B3	Auxílio-Enfermidade	0,92%
B4	13º Salário	10,83%
B5	Licença Paternidade	0,07%
B6	Faltas Justificadas	0,72%
B7	Dias de Chuvas	1,55%
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11%
B9	Férias Gozadas	9,18%
B10	Salário Maternidade	0,03%
<b>GRUPO C</b>		
<b>C</b>	<b>Encargos Sociais que não recebem incidências de A</b>	<b>15,41%</b>
C1	Aviso Prévio Inicializado	5,60%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13%
C3	Férias Indenizadas	4,40%
C4	Deposito Rescisão Sem Justa Causa	4,81%
C5	Indenização Adicional	0,47%
<b>GRUPO D</b>		
<b>D</b>	<b>Reincidências de um grupo sobre o outro</b>	<b>8,02%</b>
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	7,55%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,47%
<b>TOTAL (A+B+C+D+E)</b>		<b>85,20%</b>

Guaiuba(Ce), 21 de Junho de 2019

Adonai da Silva Aires  
Engenheiro Civil  
RPN: 0600947980 CREA/CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍUBA  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO

OBJETO DO ORÇAMENTO : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇAGEM EM DIVERSOS TRECHOS DO MUNICÍPIO DE GUAÍUBA - CE  
LOCAL: SEDE E DISTRITOS  
DATA: 43637,00



DETALHAMENTO DO BDI

COD	DESCRIÇÃO	%
	<b>Despesas Indiretas</b>	
AC	Administração central	1,30
DF	Despesas financeiras	0,85
R	Riscos	0,56
	<b>Benefício</b>	
S + G	Garantia seguros	0,30
L	Lucro	3,50
	<b>I Impostos</b>	<b>11,15</b>
	PIS	0,65
	COFINS	3,00
	ISS	3,00
	CPRB ( 4,5%, Apenas quando tiver desoneração INSS)	4,50
	<b>TOTAL DOS IMPOSTOS</b>	<b>11,15</b>
	<b>BDI =</b>	<b>20,25%</b>

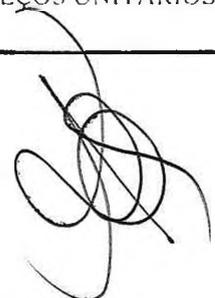
**BDI (CALCULADO): 20,25%**

AC : TAXA REPRESENTATIVA DAS DESPESAS DE RATEIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL :
DF : TAXA REPRESENTATIVA DAS DESPESAS FINANCEIRAS :
R : TAXA REPRESENTATIVA CORRESPONDENTE AOS RISCOS E IMPREVISTOS :
S - G : TAXA REPRESENTATIVA DA SOMA DE SEGURO MAIS GARANTIA :
L : TAXA REPRESENTATIVA DO LUCRO / REMUNERAÇÃO :
I : TAXA REPRESENTATIVA DOS IMPOSTOS ( PIS, COFINS, ISS E CPRB ) .

OBSERVAÇÕES
1) PORCENTAGENS ADOTADAS SEGUINDO O SUGERIDO NO ACÓRDÃO 2622/2013, CONSIDERANDO A LEI 13.161 DE 31/08/2015 (CPRB 4,5%)
2) ESSA PORCENTAGEM DE B.D.I SERÁ APLICADO SOBRE PREÇOS UNITARIOS COM DESONERAÇÃO.

Guaiuba(Ce), 21 de Junho de 2019

Adonai da Silva Aires  
Engenheiro Civil  
RPN: 0600947980 CREA/CE



# PROAÇA Engenharia, Perícia e Avaliações

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHARA  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E HABITAÇÃO

OBJETO DO ORÇAMENTO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇAGEM EM DIVERSOS TRUÇOS DO MUNICÍPIO DE GUANHARA - CE  
LOCAL: SEDE E DISTRITOS  
DATA: 21.06.2019

BASE DE PREÇO: COTAÇÕES DE PREÇOS DIRETO NO MERCADO

Nº	DESCRIÇÃO DO SERVIÇOS	TOTAIS	%	LOCALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS													
				1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS		
1.0	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ROÇAGEM EM DIVERSOS TRUÇOS DO MUNICÍPIO DE GUANHARA - CE	RS 48.779,50	100,00%	4.064,96	4.064,96	4.064,96	4.064,96	4.064,96	4.064,96	4.064,96	4.064,96	4.064,96	4.064,96	4.064,96	4.064,96	4.064,96	4.064,96
	TOTAL MENSUAL COM IBI DE 20,25%	RS 48.779,50	MENSUAL	RS 4.064,96	RS 4.064,96	RS 4.064,96	RS 4.064,96	RS 4.064,96	RS 4.064,96	RS 4.064,96	RS 4.064,96	RS 4.064,96	RS 4.064,96	RS 4.064,96	RS 4.064,96	RS 4.064,96	RS 4.064,96
		100,00%	ACUMULADO	RS 4.064,96	RS 8.129,92	RS 12.194,88	RS 16.259,83	RS 20.324,79	RS 24.389,75	RS 28.454,71	RS 32.519,67	RS 36.584,63	RS 40.649,58	RS 44.714,54	RS 48.779,50		

Guanhara(CE), 21 de Junho de 2019

Adonai da Silva Aires  
Engenheiro Civil  
RPN: 0600947980 CREAC/CE

